

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LENANDER STAMATTO POMPERMAYER

**AUXILIARES A SERVIÇO DE SI MESMOS.  
PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NAS GUERRAS DO SUL (1763-1777)**

Porto Alegre  
1. Semestre  
2021

LENANDER STAMATTO POMPERMAYER

**AUXILIARES A SERVIÇO DE SI MESMOS.  
PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NAS GUERRAS DO SUL (1763-1777)**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito obrigatório para a obtenção o título de Bacharelado em História.

Orientador:  
Prof. Dr. Eduardo Neumann

Porto Alegre  
1. Semestre  
2021

LENANDER STAMATTO POMPERMAYER

**AUXILIARES A SERVIÇO DE SI MESMOS.  
PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NAS GUERRAS DO SUL (1763-1777)**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito obrigatório para a obtenção o título de Bacharelado em História.

Orientador:  
Prof. Dr. Eduardo Neumann

Porto Alegre, 21 de maio de 2021.

Resultado: Aprovado com conceito B.

BANCA EXAMINADORA:

---

Eduardo Santos Neumann  
Departamento de História  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Fábio Kühn  
Departamento de História  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Artur Barcelos  
Departamento de Arqueologia  
Universidade Federal de Rio Grande

Todas as mudanças profundas no consciente, por sua própria natureza, trazem consigo amnésias características. De tais esquecimentos, em contextos históricos específicos, [elas] criam narrativas.

(ANDERSON, Benedict.  
Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism. Londres: Verso, 1991, p. 204)

“[...] Que o que aconteceu ainda está por vir,  
E o futuro não é mais como era antigamente”.

(RUSSO, Renato. Índios. 1986)

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, quero agradecer...

... à minha mãe, Maria do Carmo Stamatto, que me instigou a ler e estudar desde pequeno. Sem ela, jamais teria entrado em uma universidade ou quiçá sobrevivido à escola;

... à Ingridy, minha parceira, dotada de paciência louvável e conhecimento impecável de gramática, cujo apoio foi fundamental para a realização deste e de tantos outros trabalhos;

... ao Lucas, Thales e Gabriel, que continuam ao meu lado há quase uma década, e com quem compartilhei alguns dos momentos mais felizes de minha vida. Cresci junto a vocês, não apenas no que diz respeito a minha idade, mas também como pessoa, e tenho muito orgulho do que vocês se tornaram;

... à Danielle, Isadora, Felipe, Kevin e Yan, que constantemente melhoraram meus dias e, mesmo diante das circunstâncias mais improváveis, incentivaram minha criatividade. Sem a presença de vocês, mesmo que limitada ao virtual, a pandemia teria sido insuportável;

... ao Cristian, Gustavo, Matheus e Rafael, cujas convivências e conversas fizeram tanta falta nesse período de isolamento. A faculdade não é a mesma coisa sem vocês;

... à Vitória, que tanto me salvou em momentos difíceis;

... às minhas companheiras para toda hora, Amora e Goblin, que me resgataram tanto quanto eu resgatei a elas;

... à Assis, por um novo começo.

... a meus professores que, do primário até a faculdade, acreditaram em mim e compartilharam comigo as ferramentas que precisei para chegar até aqui e me tornar uma pessoa melhor. Em especial, gostaria de agradecer ao professor Neumann que aceitou me orientar neste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho pretende debruçar-se sobre as narrativas militares acerca dos conflitos conhecidos tradicionalmente como Guerras do Sul (1763-1777), especialmente no que tange à agência das populações originárias. Para tanto, ele se vale de diversas fontes de natureza militar, sendo uma delas primária, para quantificar e acompanhar as movimentações dos contingentes indígenas ao longo das batalhas e cercos dos conflitos. Almejando realizar uma leitura crítica sobre o tema, este trabalho também se baseia em artigos e livros da nova história militar e da história indígena para análise. Através dessas referências pretendo contextualizar o estado em que se encontravam as relações entre europeus, colonos e os indígenas, especialmente os minuanos e os guaranis, na Capitania de Rio Grande de São Pedro e sua região vizinha, a Bacia do Rio da Prata. Ele também se justifica a partir do desejo de utilizar fontes tradicionais e sacramentadas para encontrar, na medida do possível, o que eles revelam acerca da extensão da participação dos povos originários nas contendas regionais, questionando, assim, as narrativas oficiais que comumente apagam o protagonismo destes indivíduos e nações.

**Palavras-chave:** Nova História Militar. História Indígena. Guerras do Sul.

## **ABSTRACT:**

This work aims to study the military discourse about the conflicts traditionally known as Wars of the South (1763-1777), especially concerning the agency of the native population. To achieve this goal, it utilizes a diverse array of sources, one of which is primary, to quantify and evaluate the movements of indigenous detachments during the battles and sieges that took place. Aiming to provide a critical analysis about the subject, this work also cites articles, thesis, and books that come from the fields of new military history and native-American history. Utilizing those references, I intend to contextualize the relations between Europeans, colonists, and indigenous peoples, especially the minuanos and the guaranis, in the Captaincy of Rio Grande de São Pedro and its neighborhood, the River Plate Basin. It also justifies itself as a manifestation of the desire to utilize sources that are regarded as traditional in nature to find, when possible, what they reveal about how extensive the participation of the original peoples in the regional conflicts was, therefore questioning the official discourse that normally tries to erase the protagonism of those individuals.

**Keywords:** New Military History. Native-American History. Wars of the South. Guarani Reductions.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Mapa das reduções guaranis na primeira metade do século XVIII.....</b>	<b>11</b>
--	-----------

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>13</b>
2.1	Metodologia.....	15
2.2	Um diálogo entre civis e militares.....	17
<b>3</b>	<b>DISPUTAS PELA FRONTEIRA SUL, ESPAÇO PLATINO E REDUÇÕES GUARANIS</b> .....	<b>24</b>
3.1	As consequências transformadoras do Tratado de Madri para as guerras do sul.....	31
3.2	Auxiliares de quem? .....	40
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Como já é de conhecimento geral, as Américas não eram um continente vazio quando os europeus aqui chegaram, e isso se faz sentir em todos os aspectos da vida colonial. Inclusive na guerra.

A participação indígena nos conflitos americanos ao lado dos europeus pode ser traçada desde a "Conquista do México", quando os Tlaxcaltecas se aliaram aos espanhóis para derrotar o Império Asteca. Daí em diante, durante quase toda época colonial, os exércitos luso-brasileiro e hispano-americano empregaram tropas indígenas "auxiliares" em suas disputas, que tradicionalmente davam apoio às pequenas milícias europeias.

Tendo isso em mente, volto-me para a região platina da América do Sul, que até o fim do século XVII compunha uma parcela relativamente pacífica do universo colonial — pelo menos no que diz respeito a conflitos de larga escala entre Estados. A maioria das guerras disputadas na colônia portuguesa do continente americano até então haviam se limitado ao norte do atual estado do Paraná, onde a colonização lusa havia sido mais intensa.

As ambições portuguesas, porém, lhes renderam inimigos: em sua expansão para Oeste, empregou os bandeirantes, que frequentemente atacavam povoados indígenas e brutalizavam suas populações. Como consequência, os povos Guaranis e os hispânicos, que ocupavam o outro lado da fronteira, se contrapuseram aos luso-brasileiros e, posteriormente, viriam a frustrar as suas intenções.

A Companhia de Jesus, que tentou estabelecer reduções indígenas (Missões) por todas as partes do continente americano que as Coroas Ibéricas ocuparam, encontrou o que talvez tenha sido seu maior sucesso nessa região fronteira, formando um vasto complexo de missões que estendiam do atual Paraguai até quase a Lagoa dos Patos<sup>1</sup>. Em grande parte, isso se deu justamente devido à convergência de interesses com os Guaranis, que absolutamente detestavam os bandeirantes, como veremos mais adiante. Apesar de terem perdido parte do território para ataques dos portugueses, em meados do século XVIII, as reduções guaranis ainda eram bastante numerosas (Figura 1).

Essas missões se inseriram no universo colonial e se tornaram uma rede de articulação comercial, política e militar importantíssima para a manutenção da fronteira, barrando o

---

<sup>1</sup> BECKER, Ítala Irene Basile. Lideranças Indígenas. No Começo das Reduções Jesuíticas da Província do Paraguai. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 47, p. 177, 1992. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/antigas/antropologia47b.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2021.



3.000 guaranis missioneiros<sup>2</sup>, a recém-criada colônia foi cercada e tomada pelos espanhóis, fato que inaugurou a série de conflitos que se desdobrou no século seguinte.

É nesse contexto que uma conjuntura composta por processos de longa e curta duração alterou as relações estabelecidas entre colonos e as tribos indígenas aliadas no microcosmos do Rio Grande do Sul e da Bacia Platina. Ao decorrer deste trabalho, veremos que, enquanto o começo das hostilidades obedeceu a um padrão nos conflitos coloniais no que diz respeito à participação indígena, os enfrentamentos do fim do século XVIII revelam um contexto militar diferente, à medida que o número de tropas regulares cresce e o de “auxiliares” diminui. Contra intuitivamente, porém, isso não quer dizer que os povos originários deixaram de impactar o desenrolar dessas contendas, apenas que Espanha e Portugal começaram a interagir de formas diferentes com algumas das parciais indígenas presentes na região.

Cronologicamente, decidi por me ater aos anos compreendidos entre 1763 e 1777, pois, diferentemente das invasões anteriores que se iniciaram em Sacramento, a de 1763 não se reduziu ao enclave, tendo sido o ponto de partida para um conflito em larga escala que culminaria na conquista quase total da Capitania do Rio Grande de São Pedro por parte dos espanhóis.

Os indígenas que viviam e transitavam pela região se mantiveram ativos no que diz respeito à política regional, principalmente os charruas, guaranis e minuanos. Eles comercializavam, travavam guerras e construía alianças com e contra os europeus, e entre si. E é justamente sobre o impacto desses povos nesse período que este presente trabalho se debruça, questionando, simultaneamente, a classificação de “auxiliares” que eles receberam em relação às tropas colonizadoras.

---

<sup>2</sup> BUSCHIAZZO, Marcelo Diaz. Colonia del Sacramento. La Lucha por los Límites del Imperio. *In*: SEMINÁRIO REGIONAL DE CIDADES FORTIFICADAS E PRIMEIRO ENCONTRO TÉCNICO DE GESTORES E FORTIFICAÇÕES, 6., 2010, Florianópolis. **Atas** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, p. 3. Disponível em: <[https://cidadesfortificadas.paginas.ufsc.br/files/2011/03/2010\\_6sem\\_palestra\\_sacramento\\_Marcelo.pdf](https://cidadesfortificadas.paginas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_sacramento_Marcelo.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2019.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No mundo atual, e particularmente em nossa sociedade, muitas coisas - quiçá tudo – dependem de um eleitorado capaz de entender o que realmente está acontecendo e proceder a um julgamento correto. A História pode nos ajudar, a todos, a perceber as coisas com maior discernimento e compreensão. Decorre daí, então, que pelo fato de um grande número de problemas atuais envolverem, de alguma forma, o campo militar, a História Militar apresenta caráter relevante – de maneira global, tanto para o civil quanto para o militar. [...] O problema básico das comunicações modernas não é, provavelmente, o que o Governo está ou não nos ocultando, e sim como entender a grande variedade de informações, detalhadas e, muitas vezes, contraditórias, que são postas a nossa disposição.<sup>3</sup>

Em primeiro lugar, esse trabalho pretende se somar à crescente produção acadêmica acerca da história indígena do nosso país. Tento aqui fazer uma subversão de um gênero historiográfico que tradicionalmente é utilizado pelo *status quo* para empreitadas propagandísticas ou meramente utilitárias, o militar, a fim de valorizar o papel desempenhado por uma série de grupos de povos originários atualmente marginalizados.

Quando lemos sobre os conflitos coloniais em textos didáticos presentes nos livros voltados para a educação básica, quase não encontramos detalhes sobre o papel desempenhado pelos indígenas, suas motivações para participarem de uma determinada guerra ou a visão deles do desenrolar dos acontecimentos. No máximo, nos deparamos com uma nota ou parágrafo dizendo que tais personagens foram importantes. E se levarmos em consideração que a história faz parte da construção de uma sociedade e das identidades presentes nela, isso é tremendamente problemático, uma vez que reconhecer a mera presença de alguém em uma narrativa não torna esse indivíduo capaz de participar ativamente dela ou guiá-la. Minha ênfase na história militar não se dá devido a crença de que este seria única em seu papel enquanto formadora de identidades — afinal ele obviamente não o é —, mas sim pelo entendimento de que ele é o campo mais deficiente da historiografia atual no que diz respeito às pautas de inclusão de grupos sociais tradicionalmente desconsiderados.

Essa é uma área da história que muitas vezes é relegada apenas aos militares, em parte por conta do receio dos historiadores acadêmicos diante do passado problemático que nosso país carrega devido aos anos de ditadura, e isso gera carências. A produção de conteúdo sobre as chamadas “Guerras do Sul”<sup>4</sup>, entre 1763 e 1777, tem pouca aderência para além do núcleo

---

<sup>3</sup> LUVAAS, Jay. História Militar: O Ponto de Vista de um Historiador Clássico. In: WEIGLEY, Russell F. (org). **Novas Dimensões da História Militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981, v. 1., p. 53.

<sup>4</sup> BENTO, Claudio Moreira. **A Guerra de restauração do Rio Grande do Sul, 1774-1776**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996, p. 6. Disponível em:

de pesquisadores do exército, a despeito do caráter vital que esse conflito teve para a demarcação de fronteiras com nossos vizinhos.

Esse trabalho, portanto, seria um ponto de partida — elencando dados que, em outras pesquisas, poderão ser utilizados para termos uma visão mais completa e plural dos acontecimentos dos conflitos por Sacramento e Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII, bem como dos personagens que os protagonizaram. Nesse sentido, futuras contribuições na área da historiografia e produções voltadas para a educação serão importantíssimas.

Afinal, esses primeiros embates na região sul acabam sendo deixados de lado; esquecidos entre a tragédia das Guerras Guaraníticas, em 1754, e a independência do Brasil, no século seguinte. Diante de um critério de popularidade, perdem até mesmo para a Revolta Farroupilha, mostrando que, as invasões à recém-nascida Capitania de São Pedro, embora também façam parte da história do estado gaúcho, não parecem ter marcado a memória coletiva do povo dessa região.

Nessas construções identitárias baseadas em conflito, conquista e oposição, frequentemente são valorizados os heróis europeus ou de descendência europeia. Isso é evidente no caso gaúcho, com a valorização dos Farrapos e de Garibaldi e o completo apagamento das origens do estado. E é em cima dessas origens que pretendo trabalhar, pois, por mais que existam excelentes trabalhos sobre a população indígena riograndense, bem como sobre a sociedade colonial em si, pouco se encontra sobre os conflitos em que esses dois grupos lutaram lado a lado, pelo menos no século XVIII.

Portanto, averiguar o papel dos povos originários na formação do estado e ressaltar sua importância pode ser uma forma de questionar noções sedimentadas no imaginário popular sobre nossa história, seus protagonistas e os grupos que compõem nossa sociedade até os dias de hoje. Utilizarei a história militar essencialmente como argumento, ao mesmo tempo que não deixo de contribuir para ela — uma vez que entender o valor estratégico dos destacamentos compostos pelos indígenas pode servir para desenharmos uma imagem mais completa do próprio conflito e dos grupos envolvidos nele. Esse trabalho também pode contribuir, junto com diversos outros, para a aproximação entre historiadores civis e militares. Como dito por Luiz Moreira:

Não acredito que a Nova História Militar deva se isolar da produção empreendida pelos historiadores e instituições militares, que já deixou de ser feita sob os moldes

daquele mesmo viés tradicional. Penso que os historiadores civis e militares, como propôs Parente (2006), devem intensificar o tímido diálogo existente entre ambos.<sup>5</sup>

Parto do princípio, também, de que devemos nos desfazer dos ideários traçados pelo senso comum e por uma historiografia mais antiga no que diz respeito à suposta “aculturação” dos povos originários. Muito criticada pelo historiador John Monteiro, essa postura, que tratava os indígenas como “fósseis” e os condenava à defasagem histórica, nos deixa com uma visão simplista e pobre dos fatos que se limita a reproduzir uma narrativa já ultrapassada.

Até a década de 1980, a história dos índios no Brasil resumia-se basicamente à crônica de sua extinção[...] Um dos perigos destas abordagens é que investem numa imagem cristalizada – fossilizada, diriam outros – dos índios, seja como habitantes de um passado longínquo ou de uma floresta distante. A esfera da sociabilidade nativa é aquela que está totalmente externa à esfera colonial, em parte porque o recurso da “projeção etnográfica” frequentemente isola a sociedade indígena no tempo e no espaço, mas também porque nas percepções marcadas pela perspectiva de aculturação, os índios assimilados ou integrados à sociedade que os envolve seriam, de alguma maneira, “menos” índios. Trata-se de um processo paralelo à arqueologia brasileira que, por muitos anos, exaltava a antiga “tradição tupi-guarani”, porém desprezava a cerâmica colonial como algo empobrecido técnica e esteticamente pela mistura (Morales, 2000). De certo, a poderosa imagem dos índios como eternos prisioneiros de formações isoladas e primitivas tem dificultado a compreensão dos múltiplos processos de transformação étnica que ajudariam a explicar uma parte considerável da história social e cultural do país.<sup>6</sup>

Se quando Monteiro escreveu essas palavras em 2001 muito já havia mudado e tínhamos um campo de estudos na área indigenista bem consolidado e maduro, hoje, vinte anos depois, a situação é ainda melhor. Este trabalho, portanto, não pretende-se revolucionário. O que desejo aqui é me somar a essa produção, utilizando números e fontes oficiais para subverter a própria narrativa tradicional.

## 2.1 METODOLOGIA

Devido a proposta do presente trabalho de contribuir para o diálogo entre diferentes campos da história, a documentação nele utilizada acaba se tornando bastante diversa. Utilizei

---

<sup>5</sup> MOREIRA, Luiz Guilherme. **Os múltiplos olhares sobre a história militar**. São Leopoldo: História Unisinos, 2012, v.12, n. 13, p. 280.

<sup>6</sup> MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. 2001, p. 4., 233f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281350>>. Acesso em: 08 maio 2021.

textos, artigos e livros produzidos por profissionais diversas áreas de estudo: indigenistas, brasilianistas e teóricos militares, além de uma tradução de uma fonte primária.

O fiz, pois, as informações que buscava se encontravam espalhadas — há uma carência muito grande de estudos compilatórios sobre o período da dominação espanhola na capitania do Rio Grande de São Pedro, com exceção dos Anais do Bicentenário da Restauração do Rio Grande<sup>7</sup>, produzido em 1975, que não se encontra em meio digital, o que impossibilita sua leitura em tempos de pandemia e isolamento social. E o fato de que os dados acerca da temática tratada neste trabalho se encontram pulverizados me coloca em uma posição complicada, uma vez que meus critérios de análise devem ser diferentes dependendo do documento a ser lido. Não creio, porém, que este seja um desafio intransponível.

Os objetivos de Claudio Moreira Bento, militar que transcreveu as cartas do Tenente-General Böhn, por exemplo, são radicalmente diferentes dos de Guillermo Wilde, doutor em antropologia pela Universidad de Buenos Aires, que escreveu sobre as relações de poder nas Missões Jesuítas. Porém, o recorte cronológico e temático desta pesquisa permite uma coexistência entre ambos.

Compreendo que a importância histórica de um documento, seja ele oficial ou não, é estabelecida pela relação criada entre ele e o sujeito que o lê, o que o que Leandro Karnal e Fláva Galli Tatsch chamam de “diálogo”. Como dito pelos autores:

Se concluímos que não existe um fato histórico eterno, mas existe um fato que consideramos hoje um fato histórico, é fácil deduzir que o conceito de documento siga a mesma lógica. Fato e documento histórico demonstram nossa visão atual do passado, num diálogo entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas.<sup>8</sup>

Isso exigirá, portanto, um trabalho de ler documentos que foram escritos com propósitos diretamente opostos aos meus, como ocorre com a correspondência do Tenente-General Böhn, que apenas parece comentar da presença indígena quando absolutamente necessário. É um dos casos descritos por Karnal e Tatsch quando eles comentam que, dependendo do tema a ser

---

<sup>7</sup> “Esta guerra era pouco conhecida no Brasil, até 1976, quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), presididos, à época, pelo Professor Pedro Calmon e pelo General Jonas Correia, respectivamente, promoveram o Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande”. BENTO, 1996, p. 6.

<sup>8</sup> KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. *In*: PINSKY, Carla B.; DE LUCA, Tania Regina. (orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p.13. Disponível em: <<http://proae.urca.br/portal/docs/pdf/editais-2016/bolsas/Texto%20para%20Prova%20%20A%20memoria%20evanescente.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2021

tratado, não é incomum que historiadores “enfrentem documentação ou adversa ou inteiramente silenciosa sobre o objeto desejado”<sup>9</sup>.

Perante essas intempéries, tenho que me voltar também ao que foi escrito posteriormente sobre o assunto, aplicando uma lógica similar à historiografia. Alguns dos textos aqui selecionados foram escritos procurando sistematizar os eventos, outros buscavam fazer análises das relações interétnicas que ocorreram entre as sociedades envolvidas no conflito, outros, ainda, almejavam pintar um quadro completo da sociedade colonial brasileira ou argentina. Deles, terei que extrair o que nos é pertinente para o prosseguimento do trabalho.

## 2.2 UM DIÁLOGO ENTRE CIVIS E MILITARES

Esse processo pode ser ilustrado pela minha tratativa da única fonte primária presente nesta pesquisa: as cartas do Tenente-General João Henrique Böhn. Elas, somadas a uma série de outras informações compiladas por Bento, foram disponibilizadas gratuitamente na internet no livro “A Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul (1774-1776)”.

E por mais que o trabalho dos dois coronéis tenha sido minucioso, eles não foram feitos pensando em apresentar um cenário completo quanto à participação de certos grupos no conflito. Nem os documentos originais nem seus tradutores tinham por proposta fazer um recorte étnico-racial, por menor que fosse. Seus objetivos eram outros.

As cartas do General Böhn, por exemplo, foram escritas para passar informações a superiores quanto ao progresso no *front* e relatar as glórias obtidas na disputa, além de descrever o estado (muitas vezes lastimável) em que se encontrava a capitania e as tropas que a ele estavam encarregadas, a fim de convencer a Coroa Portuguesa a mandar novos suprimentos. Enquanto o Cel. Cláudio Moreira, por sua vez, visava contribuir para a instituição do Exército e participar no movimento de monumentalização da guerra.<sup>10</sup>

Porém, independentemente do viés, o trabalho de Cel. Claudio Moreira Bento ainda é a melhor porta de acesso ao documento para os falantes de português, além de nos trazer informações importantes quanto à geografia e contexto da região no período. Por fim, esse documento também me permitiu ter uma noção de qual narrativa e quais fatos são valorizados em uma história militar tradicional a partir de um representante da instituição moderna, além

---

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>10</sup> “Tendo em vista um melhor aproveitamento das Memórias por parte dos leitores interessados e pesquisadores em geral e, particularmente, dos ensinamentos militares que elas sugerem aos profissionais do Exército Brasileiro, relativos às operações comandadas por Böhn,[...]”. BENTO, 1996, p.7.

da experiência em primeira mão do Tenente-General Böhn, que precedeu a própria formação do Exército Brasileiro.

Nesse sentido, vale a ressalva de que não podemos ser ingênuos e tomar tudo que o General diz como fato, obviamente. Em seu artigo *A História Militar – O Ponto de Vista de um Historiador Clássico*, Jay Luvaas nos chama atenção para os diversos abusos possíveis de se cometer ao estudar a história militar, elencando, inclusive, a própria inconstância dos relatos advindos daqueles que participam dos conflitos.

Precioso fragmento que o General Sir Ian Hamilton, o Comandante inglês em Galípolis, escreveria a respeito de uma das guerras do passado: ‘No próprio dia da batalha, as verdades podem ser pinçadas em toda sua nudez, perguntando apenas; porém, na manhã seguinte, elas já terão começado a trajar seus uniformes’.<sup>11</sup>

Luvaas é bastante generoso na distribuição de críticas ao estado da história militar no contexto em ele vivia. Ao mesmo passo que se incomodava com a tendência de alguns colegas de “torcerem o nariz” para este campo de estudo e não perceberem os avanços que estavam sendo realizados<sup>12</sup>, também apontava para os erros que muitas vezes eram cometidos pelos que estavam inseridos no meio das instituições do exército, os quais tendiam ao ímpeto de encontrar padrões nos conflitos passados que comprovassem as doutrinas que eles mesmos gostariam de impor.<sup>13</sup>

Isso resultava da falta de profissionalismo metodológico que muitas vezes se encontra em trabalhos expoentes da história militar tradicional, uma vez que eles não tinham como ponto de partida uma base teórica crítica ou perguntas norteadoras para a produção de hipóteses, mas sim a vontade de se criar uma narrativa que monumentalizasse heróis e instituições,

---

<sup>11</sup> LUYAAS, Jay. In: WEIGLEY, Russel F., 1981, p. 53.

<sup>12</sup> “Os academicistas, que nem sempre são indivíduos dos mais tolerantes, mantêm ainda uma antiga suspeita de que a História Militar deve, de alguma forma, ser identificada com o ‘militarismo’ [...]”. *Ibid.*, p. 39.

<sup>13</sup> “Se compulsarmos, de relance, as histórias escritas pelos alemães sobre a Guerra dos Boeres e sobre a Guerra Russo-Japonesa, iremos encontrar sempre, em todas as campanhas, as mesmas lições, exhaustivamente repisadas e devidamente orientadas. As histórias escritas pelos alemães nunca deixaram de ressaltar a justeza de concepção alemã da Guerra e, ao encarar o triunfo japonês na Manchúria, os críticos alemães o fizeram exatamente com a mesma satisfação que sente um mestre ao contemplar o sucesso de um aluno dileto. Isto porque o Exército japonês havia sido treinado pelos alemães e, qual historiador – particularmente se, na ocasião, ainda fosse oficial da ativa – que teria condições de expender conceitos que contrariassem a doutrina consagrada e oficial? Hoje, em nosso Exército (norte-americano) e, em especial, imediatamente após uma guerra impopular e mal sucedida, poderemos encontrar oficiais que se sintam inteiramente livres para criticar tanto a política, como a doutrina. Seria, porém, esperar muito da natureza humana admitir-se encontrar sérias divergências naqueles dias em que a Europa estava dividida em dois campos armados, contando com militares de limitada experiência de guerra e no momento que um intenso nacionalismo era amplamente reconhecido como uma força orientada para o bem, de valor equiparável ao Cristianismo e à Responsabilidade da Raça Branca”. *Ibid.*, p. 51

sedimentando o caráter nacional que almejavam construir. Nas palavras de Fernando V. G. Pedrosa:

A História Militar tradicional tem sido o campo de “militares historiadores”. Em geral, tem pouca acuidade metodológica, pois não resulta do trabalho de historiadores profissionais, mas de aficionados. Tende, portanto, à grandiloquência e à adjetivação excessiva. É basicamente uma história descritiva e busca o ideal de apresentar “os fatos como aconteceram”. Em função dessas características, ficou conhecida depreciativamente nos Estados Unidos como “História-Batalha” ou História de “tambores e clarins”. Em função de sua origem não especializada e “corporativa”, tem clara tendência ao mito, ao enaltecimento de figuras históricas e a certa condescendência no julgamento dos fatos e protagonistas.<sup>14</sup>

O autor tem um currículo interessante, tendo mestrado em uma universidade pública (UFRJ) e doutorado em ciências militares por uma instituição do exército (ECEME). Em parte por causa desse trânsito entre os espaços civis e militares, o trabalho de Pedrosa vai ser, assumidamente, uma das facetas mais conservadoras da bibliografia e discussão postas em pauta por esse trabalho. Nas palavras do próprio autor:

A atitude profissional conservadora dos militares não é apenas compreensível, mas desejável em pessoas que são as executoras do monopólio estatal da violência, detentoras de armas e engenhos destruição, e treinadas na sua utilização. O apego às tradições e o culto de valores militares, como a honra pessoal, o cumprimento do dever a todo custo, a lealdade aos comandantes, pares e subordinados, o respeito às leis e à dignidade da pessoa humana, e o amor à pátria são garantias contra a degeneração das instituições militares em bandos armados.<sup>15</sup>

Enquanto historiadores civis, vários desses ideais traçados por Pedrosa nos são estranhos, o que nos serve de exemplo das tensões e contradições ainda presentes nas relações entre nós e os militares, mesmo quando falamos de um campo de produção que compartilhamos. Um dos problemas que enfrentamos é de que as bases éticas da profissão acadêmica de historiador são muito diferentes das de um soldado ou de um oficial, como evidenciado pela citação acima. O outro, talvez mais pertinente para a nossa discussão atual, é a própria história brasileira no século XX.

Segundo Luiz Moreira, a forma que os acadêmicos civis vão se relacionar com as forças armadas vai depender do contexto em que vivem e do histórico do país ao qual pertencem.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> PEDROSA, Fernando Veloso Gomes. A História Militar Tradicional e a “Nova História Militar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 8. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856594\\_1202be90ad68dd05511bcdd34b7be19d.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856594_1202be90ad68dd05511bcdd34b7be19d.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2021

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 7

<sup>16</sup> MOREIRA, 2012, p. 277.

No caso do Brasil, esse estranhamento mútuo que existe entre historiadores advindos das forças armadas e os que se formaram em instituições civis é bastante natural, considerando que o país ainda tem feridas abertas e problemas não resolvidos provenientes dos vinte anos de ditadura que viveu.

Os acadêmicos, de acordo com o autor, teriam receio de ver sua produção sendo utilizada para fins propagandísticos ou doutrinários, ao passo que os militares alimentariam uma descrença da capacidade de alguém de entender a guerra sem ter sua vida pautada por ela. Curiosamente, a questão acaba se tornando, em certo sentido, um problema de lugar de fala.

Efetivamente, estudar as instituições militares como forças de combate é um grande desafio para pessoas que não conhecem em profundidade suas características organizacionais e culturais bastante peculiares, seu jargão profissional, seus conhecimentos técnicos especializados, nem vivenciaram o tipo de experiências profissionais extremas que tendem à formação de confrarias.<sup>17</sup>

Some-se isso ao pensamento, ainda existente em alguns círculos intelectuais castrenses, de que as universidades e as novas correntes historiográficas seriam hostis à instituição do exército, e temos o principal problema enfrentado pelo campo. Há uma quebra de braço, uma desconfiança mútua, entre a academia e as forças armadas, com expoentes de ambas as partes sendo acusados de terem a intenção de produzir uma versão doutrinária dos fatos. Isso pode ser visto inclusive pela postura do próprio Pedrosa, que acusa a nova história militar de “demonstrar clara preferência a temas ‘politicamente’ corretos e não relacionados a operações militares”, apesar de admitir que ela tem sim produzido “trabalhos valiosos para a interpretação da evolução das instituições [...] brasileiras”.<sup>18</sup>

E, se em 2012, quando Luiz Moreira escreveu seu artigo, a situação estava lenta e gradativamente se amenizando, creio que é possível afirmar que desde 2016 tivemos diversos retrocessos em relação a isso, especialmente devido ao retorno de discursos em defesa (ou até negação da existência) do golpe de 1964 e das ações levadas a cabo nos Anos de Chumbo no debate público. Não que essa retórica jamais tenha sumido por completo, mas, a partir de 2015, a situação escalou de algumas teorias revisionistas e conspiratórias para um debate público amplo, endossado pelo próprio atual Presidente, Jair Bolsonaro, por menor que seja o valor acadêmico dos que ainda insistem em defender a ditadura.

---

<sup>17</sup> PEDROSA, 2011, p.10

<sup>18</sup> *Ibid.*

Diante do exposto, acredito que torne-se ainda mais relevante a crítica que a nova história militar se propõe a fazer à tradicional, mesmo ciente de todas as continuidades que podem existir entre elas. Entre esses questionamentos, está o entendimento de que não existe um único conceito de guerra ou um pensamento militar fixo, a noção de que os indivíduos são filhos de seus contextos históricos e de que existem clivagens dentro da própria instituição militar.

Alguns desses pontos são particularmente complicados de serem abordados pelos próprios historiadores militares, uma vez que vão de encontro com a ideia teleológica que se tenta construir de que existe uma continuidade óbvia entre as forças armadas de hoje e do passado, mesmo que longínqua. Basta lembrar que, até hoje, nosso exército enxerga em 1822 sua origem, a despeito dos 200 anos de mudanças radicais pelas quais a instituição e o próprio país passaram. Além disso, também continua a louvar alguns heróis do período imperial, como o Duque de Caxias e o General Osório, ambos filhos de sociedades e contextos históricos muito diferentes dos que vivemos hoje.

Dependendo de para onde olharmos, poderemos perceber discursos que defendem permanências ainda mais radicais. É sintomático que nas paredes do quartel do 6º Grupo de Artilharia de Campanha esteja anunciado, em letras garrafais: “Exército Brasileiro: desde 1737 em Rio Grande”. O próprio livro de Hernâni Donato, do qual faço extenso uso neste trabalho, se chama “Dicionário das Batalhas *Brasileiras*”, mesmo que tenha como ponto de partida o ano 1500.

Independentemente dessas contendas, partilho da ideia de Luiz Moreira de que, se a nova história militar puder trabalhar de forma interdisciplinar com a antropologia e outros campos da própria história, incluindo a social e cultural, há muito o que se ganhar. Metodologicamente, o autor faz a seguinte proposta:

[...]Temos que acrescentar que a história produzida pelos historiadores e instituições militares podem trazer elementos importantes oriundos da especificidade castrense, como: técnicas de guerra, armamentos e a própria instituição militar, mostrando como estes podem direcionar algumas atitudes, em especial no campo da política. Mas, mais importante, podem informar os dados cronológicos, sempre tão viscerais para qualquer tipo de história, mas que, por vezes, eram colocados em segundo plano. Resgatar esses fatos, esses eventos, é fundamental, já que a construção do campo pode ser feita com a utilização de elementos de outros campos, e este parece ter sido o caso, como já vimos, em especial no que diz respeito ao uso da Antropologia.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> MOREIRA, 2012, p. 280.

E é nessa proposta que me baseio, ciente do meu lugar de fala enquanto historiador civil que jamais empunhou uma arma na vida, por um lado, e de homem branco que viveu uma existência quase que exclusivamente urbana, por outro. Ambas as coisas terão que ser levadas em consideração tanto na minha análise e crítica da história militar tradicional quanto na compreensão que pretendo ter da participação indígena nos eventos descritos ao longo do trabalho.

Um conceito chave com que vou trabalhar será o de “tropas auxiliares” indígenas, como não poderia deixar de ser. Quase sempre que lemos sobre um conflito nas Américas Coloniais, ouvimos falar sobre elas, de forma que julgo um pouco acrítica.

“Tropa auxiliar” é um termo utilizado pela historiografia militar tradicional que data desde o período romano. Em minha bibliografia selecionada, boa parte dos autores faz uso dele, incluindo Juan Carlos Luzuriaga, Marcelo Diaz Buschiazzo e Hernâni Donato. Ele é um termo relacional, pois “tropas auxiliares” só existem se houverem também “tropas centrais”, sejam estas milícias ou soldados profissionais. A ideia é de que os auxiliares são destacamentos compostos por um grupo aliado ou subjugado que presta apoio a uma articulação militar de um determinado Estado. Devido à própria elasticidade do termo, esse conceito foi aplicado em contextos radicalmente diferentes ao longo da história, incluindo os grupos de ameríndios que lutavam junto aos europeus nas Américas.

O que torna essa equivalência complicada, porém, são os números. Como pode ser observado no exaustivo trabalho quantitativo de Donato, ao longo do seu já-citado livro *Dicionário das Batalhas Brasileiras*, quase todos os embates ocorridos nas Américas entre os séculos XV e XVII são travados, principalmente, por enormes grupos de destacamentos indígenas que complementam os diminutos contingentes europeus, pelo menos no que diz respeito aos portugueses e espanhóis que aqui lutaram. A partir do ponto que a maior parte de tropas presentes no campo é de outro grupo, dotado de uma organização militar diversa e que muitas vezes segue objetivos próprios, me parece irrazoável tratá-los enquanto “auxiliares”. Portanto, pretendo trabalhar com esse conceito e questioná-lo ao final deste trabalho.

O livro de Donato é, por sua natureza enciclopédica, bastante acrítico. O autor não se preocupa em questionar termos, trabalhar conceitos ou estabelecer motivações além do estritamente necessário para que o leitor entenda a ordem dos acontecimentos e o papel das partes envolvidas. A quantidade de informações que ele traz, porém, é vital para o prosseguimento deste trabalho, pois os números e datas elencados por ele formam o conjunto de dados básicos que vou cruzar com os eventos descritos pelo restante da bibliografia.

É importante ressaltar, também, que as cifras elencadas por Donato não são as únicas com que vou trabalhar. Os vários artigos do Seminário Internacional de Cidades Fortificadas e as próprias cartas do General Böhn vão me permitir conferir os números do autor e colocá-los em xeque, quando necessário. Os conceitos, termos, questionamentos e motivações virão de outras fontes.

John Monteiro, já citado anteriormente, é uma delas. Em sua introdução a tese *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*, o autor traça um panorama da historiografia indigenista nacional e internacional que traz consigo reflexões importantes que serão incorporadas a este estudo.

Sobre a participação dos povos originários e seu protagonismo em uma delimitação geográfica e cronológica próxima a deste trabalho, selecionei alguns trabalhos. O primeiro, de meu orientador, Eduardo Neumann, é intitulado de *Fronteira e identidade: confrontos luso-guaranina Banda Oriental 1680-1757*, contextualiza o papel dos índios guaranis e tapes na fronteira entre espanhóis e portugueses no sul do Brasil.

Na outra ponta da linha do tempo, o artigo *A execução do tratado de Santo Ildefonso e as atuações indígenas na fronteira platina*, de Karine da Silva e Melo, vai se debruçar sobre os diversos episódios que sucederam as guerras de 1763-1777 nos quais os povos originários ativamente advocaram pelos seus próprios interesses perante as potências colonizadoras. Ambos os trabalhos vão enriquecer a presente pesquisa na medida em que retratam as povoações nativas do continente na posição de participantes ativos do contexto em que viviam, inseridos na diplomacia, comércio e guerra do universo colonial luso e espanhol.

Além deles, seleciono também os três primeiros capítulos da tese de doutorado de Elisa Garcia, professora na Universidade Federal Fluminense (UFF), nos quais ela analisou, entre outras coisas, as relações entre portugueses e índios missioneiros durante e após o Tratado de Madrid. Esses estudos, em conjunto com o seu artigo *Quando os índios escolhem seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750-1800)*, vão preencher diversas lacunas no que diz respeito às tentativas de Lisboa de se aproximar e atrair as populações indígenas para seu território, bem sobre como essas mesmas populações reagiram a tais empreitadas.

### 3 DISPUTAS PELA FRONTEIRA SUL, ESPAÇO PLATINO E REDUÇÕES GUARANIS

Até meados do século XVIII, a maior parte dos conflitos entre a Coroa Portuguesa e as demais potências europeias nas Américas se dá na região Norte, Nordeste e Sudeste do atual Brasil — principalmente contra franceses, holandeses e até ingleses.<sup>20</sup> Neles podemos observar ampla participação indígena, como era de praxe. Porém, com o fim da União Ibérica em 1640 e a expulsão definitiva dos flamengos do nordeste brasileiro, em 1654, a Espanha se torna novamente o maior competidor por território que Portugal terá de enfrentar nas américas, e a expansão dos lusitanos na costa do Brasil vai encontrar seu limite no Rio da Prata.

A região rio-platense desse período pode ser definida enquanto um espaço centrado nos portos da Bacia do Prata, principalmente o de Buenos Aires, que servia de eixo articulador tanto para o comércio local quanto internacional.<sup>21</sup> Segundo Fernando Jumar, o espaço platino era importante por conectar vários domínios espanhóis ao mundo Atlântico e as regiões produtivas em volta da capital, tanto as costeiras quanto as interioranas.<sup>22</sup> Além de Buenos Aires, as cidades de Montevideu e Sacramento também vão se tornar relevantes, compondo, junto com outros diversos pontos de desembarque ilegais, um dinâmico complexo comercial que interlaçava a região ao Chile, Peru, Paraguai, reduções Guaranis e partes dos domínios portugueses.

Internacionalmente, Jumar também aponta que havia a exigência de que as elites regionais atingissem um certo “nível de consumo” para que pudessem se afirmar enquanto “espanhóis”. A região do Rio da Prata, então, se tornou um centro receptor de bens importados da Metrópole. Essa conjuntura o leva à seguinte conclusão:

En función de ello, la región Río de la Plata debe ser considerada bajo cuatro aspectos. En primer lugar, como punto de contacto entre los mercados hispanoamericanos y extrahispanoamericanos, tanto americanos como ultramarinos. En segundo lugar, en

---

<sup>20</sup> Talvez uma exceção a se considerar seja o ataque a missões espanholas por parte dos bandeirantes contra as reduções jesuíticas nos atuais estados do Paraná e Rio Grande do Sul, mas isso diz mais a respeito às demandas de certos grupos coloniais do que as coroas espanhola ou portuguesa, uma vez que ambas condenavam o apresamento indígena, pelo menos oficialmente. Cf: MONTEIRO, John. **Negros da Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 72-75.

<sup>21</sup> JUMAR, Fernando. La región Río de la Plata y su complejo portuario durante el Antiguo Regimen. In: FRADKIN, Raúl (org). **Historia de la Provincia de Buenos Aires, Tomo II. De la conquista a la crisis de 1820**. Buenos Aires: EDHASA, 2012, p. 127. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/unipe/20200408114706/HPBA2.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2021

<sup>22</sup> *Ibid.*

tanto que región cuyas sociedades consumen parte de los bienes importados. En tercer lugar, como poseedora de un complejo productivo regional que le permitió volcar excedentes en los mercados americanos (hispanos o no) y ultramarinos. Y, en cuarto lugar, como proveedora de bienes y servicios necesarios para la existencia misma del comercio a corta, larga y muy larga distancia.<sup>23</sup>

Intimamente ligadas a essa rede internacional de comércio estavam as já citadas reduções guaranis, fundadas com o intuito de barrar o avanço dos portugueses rumo ao sul.<sup>24</sup> Essas se tornaram verdadeiros centros de recrutamento, como veremos nos números apresentados mais adiante. Os indígenas que se incorporavam a essas reduções muitas vezes tinham bons motivos para antagonizarem os lusitanos, uma vez que os ataques dos bandeirantes se tornaram cada vez mais constantes e violentos<sup>25</sup> na metade inicial do século XVII. Um exemplo célebre da defesa de território espanhol é a batalha de Mbororé<sup>26</sup>, em 1641, considerada a "maior derrota dos bandeirantes"<sup>27</sup>, na qual os colonos portugueses e seus aliados tupis foram derrotados por uma força numericamente inferior, composta por 4.000 guaranis.

Com o avanço para o leste barrado, os luso-brasileiros irão voltar seus olhos para o sul, fundando, em 1680, a Colônia de Sacramento. A resposta da coroa espanhola foi quase instantânea:

En España se recibió el aviso de la noticia por las cartas del gobernador Garro desde Buenos Aires fechadas en Abril de 1680, acompañados por un plano del piloto Gómez Jurado. Inmediatamente el Consejo de Indias trató el grave atentado, entablado condigna reclamación, y el 24 de Agosto se despacha una Real Cédula a Garro en la cual aprobaba las medidas "de arrojar al invasor a sangre y fuego de la Colonia del Sacramento".<sup>28</sup>

---

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 126

<sup>24</sup> "Foi na fronteira leste dos domínios espanhóis da região platina que as reduções jesuíticas assumiram o papel de obstáculo do avanço português". BARCELOS, Arthur Henrique Franco. **Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000, p. 103. <<http://repositorio.furg.br/handle/1/3398>>. Acesso em: 06 maio 2021

<sup>25</sup> MONTEIRO, 2001, p. 75

<sup>26</sup> "El establecimiento de las Misiones Jesuíticas se había constituido en valladar impenetrable a la ulterior expansión portuguesa, especialmente después de la derrota sufrida por bandeirantes y fuerzas regulares a manos de los indios misioneros instruidos y entrenados por los jesuitas en la Batalla de Mbororé en 1641". CAREAGA, Néstor U. Colonia del sacramento; instrumento de la proyección económica portuguesa hacia el centro del reino de indias. *In*: SEMINÁRIO REGIONAL DE CIDADES FORTIFICADAS E PRIMEIRO ENCONTRO TÉCNICO DE GESTORES E FORTIFICAÇÕES, 2., 2006, Montevideo. **Atas** [...]. Montevideo: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 2. Disponível em: <[https://cidadesfortificadas.paginas.ufsc.br/files/2011/03/2006\\_2sem\\_palestra\\_Nestor-Careaga.pdf](https://cidadesfortificadas.paginas.ufsc.br/files/2011/03/2006_2sem_palestra_Nestor-Careaga.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2019.

<sup>27</sup> DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras**. São Paulo: Ibrasa, 1987, p. 352.

<sup>28</sup> BUSCHIAZZO, 2010, p. 3

Os portugueses, isolados de quaisquer aliados regionais, contavam com apenas 200 soldados para se defender, ao passo que o contingente espanhol era composto por 300 hispânicos e 3.000 indígenas missioneiros guaranis.<sup>29</sup> No mesmo ano de sua criação, a colônia foi arrasada, e os lusos apenas retornariam a ela em 1681, após o Tratado Provisório assinado entre as coroas ibéricas.<sup>30</sup> No segundo e terceiro cerco à cidade, em 1704-1705 e 1735-1737, respectivamente, o número de indígenas sobe para 4.000 e depois volta para 3.000.<sup>31</sup>

Tais números não eram improcedentes, nem mesmo para os portugueses, mas a constância deles por três cercos em um espaço de 40 anos me leva a crer que as reduções da região, mesmo que pudessem vir a falhar como instituições voltadas para "civilizar" as aldeias e transmitir a fé e a ideologia europeia para os povos originários, tiveram êxito enquanto centros de articulação política. Eles sedimentavam alianças, tornavam as lideranças indígenas mais acessíveis e ainda funcionavam como delimitadores de fronteira, pelo menos no contexto das missões do Tape, Paraguai e arredores.

A Colônia de Sacramento, às margens do Rio da Prata, era, talvez, uma das peças mais centrais nessa articulação política hispano-indígena. Junto ao histórico de rivalidade entre os bandeirantes e os guaranis, era a continuada presença dos lusitanos na região que incentivou os missioneiros a se coordenarem em novos assentamentos:

Diante da insistência de Portugal em manter a posse da Colônia de Sacramento a Companhia de Jesus percebeu a importância de estender novamente a evangelização aos domínios orientais, através da fundação de novas reduções. Desta forma, uma parte da população missioneira foi transferida para a margem oriental, reocupando uma área onde a catequese jesuítica fora inviabilizada décadas antes devido aos ataques bandeirantes. Este movimento de reocupação através do deslocamento de vários guaranis para uma área de fronteira aberta e em contato com outra frente colonizadora implicava uma inserção singular desses índios na geopolítica rio-platense. Aos índios missioneiros trasladados ficou estipulada a tarefa de ocupar e patrulhar a Banda Oriental, ficando a cargo das reduções a serem estabelecidas desde a sua «(...) fundação, o ônus integral da defesa da extensa região circunscrita entre o Uruguai, o Prata e o litoral Atlântico», abrangendo assim toda a área pretendida por Portugal.<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> Salvo uma margem de erro de poucas dezenas, tanto Hernani quanto Buschiazzo concordam com estes números. Cf: DONATO, 1987, p. 265 e BUSCHIAZZO, 2010, p. 3.

<sup>30</sup> BUSCHIAZZO, 2010, p. 4.

<sup>31</sup> Talvez a queda seja um reflexo da crise demográfica pela qual os indígenas passaram, iniciada no ano de 1732. Cf: WILDE, Guillermo. **Religión y poder en las misiones de guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009, p. 92.

<sup>32</sup> NEUMANN, Eduardo. Fronteira e identidade: confrontos luso-guaranina Banda Oriental 1680-1757. **Revista Complutense de Historia de América**, Madrid, v. 26, p. 76, 2000. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/view/RCHA0000110073A/28733>>. Acesso em: 08 maio 2021

Isso demonstra a força da confiança mútua entre a Coroa Espanhola e seus aliados regionais no Prata. Nesse sentido, os indígenas missioneiros foram fundamentais para a manutenção das empreitadas hispânicas na região, fazendo a balança do poder pender para o lado deles e garantindo que os portugueses ficassem quase que impossibilitados de fincar raízes muito profundas.

O contraponto a isso, por sua vez, foi o papel que os minuanos exerceram, aproveitando-se da inabilidade de Portugal em defender suas próprias fronteiras na região pampeana de seu império para tecer acordos e estabelecer alianças<sup>33</sup> com os luso-brasileiros. O apoio desses grupos foi fundamental para que Lisboa conseguisse estabelecer uma presença, mesmo que de frágil, ao sul de Laguna.<sup>34</sup>

Apesar da sociedade colonial brasileira já estar bem estabelecida em algumas regiões das Américas no século XVIII, especialmente nos atuais nordeste e sudeste, o domínio lusitano ao sul da ilha de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) era vulnerável aos ataques de seus vizinhos castelhanos. A Colônia de Sacramento, como vimos, era terrivelmente isolada, e, para sanar tal deficiência, foi fundado o presídio de Jesus-Maria-José em 1737. Para auxiliar o presídio em sua função de conectar os domínios portugueses e servir como barreiras em localizações de importância estratégica para o deslocamento de tropas, foram criadas diversas fortificações ao redor dele, como nos aponta Juan Carlos Luzuriaga:

En 1737 el brigadier José Da Silva Páez fue enviado por el gobernador de Río de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, a auxiliar a Colonia del Sacramento. A fines de ese año se le ordenó que levantara fortificaciones en la región este. En lo que hoy es la barra de Río Grande, Da Silva Páez construyó un fuerte al que llamó Jesús María y José, y unos kilómetros hacia el interior, otra fortificación a la que denominó Santa Ana. Finalmente edificó un tercero en las proximidades del arroyo San Miguel, cuyo nombre tomó.<sup>35</sup>

<sup>33</sup> Uso o termo no plural, pois, segundo Garcia: “Melhor do que falar em aliança dos minuanos com os portugueses, seria utilizar o termo no plural, pois se tratam de negociações feitas ao longo do tempo, por grupos diferentes e em momentos específicos.” GARCIA, Elisa Frühauf. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e os lusitanos no sul da América Portuguesa (c.1750-1800). **Revista Varia História**, v. 10, n. 40, p. 630, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/vh/v24n40/17.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2021

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 617.

<sup>35</sup> LUZURIAGA, Juan Carlos. El sistema de Fortificaciones en la Banda Oriental: Montevideo, Santa Teresa, San Miguel y Santa Tecla: 1762-1777. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE CIDADES FORTIFICADAS E PRIMEIRO ENCONTRO TÉCNICO DE GESTORES E FORTIFICAÇÕES, 6., 2010, Florianópolis. **Atas [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, p. 3. Disponível em: <[http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010\\_6sem\\_palestra\\_fortes\\_luzuriaga.pdf](http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_fortes_luzuriaga.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Porém, apesar dos esforços lusitanos, o reforço veio um tanto tarde. A região não teve tempo suficiente para desenvolver uma infraestrutura militar sólida — como fica evidente pela captura do forte de Santa Teresa por parte dos espanhóis, enquanto este ainda estava em construção — e nem uma população capaz de compor uma quantidade razoável de milicianos.

A então comandância militar do Rio Grande de São Pedro — também chamada de “continente” e elevada ao status de Capitania em 1760 — era formada por pequenos vilarejos, apenas um grande o suficiente para ser considerado uma vila (Rio Grande, em 1751<sup>36</sup>), e alguns entrepostos comerciais para o transporte e contrabando de gado. Isso não quer dizer que a região não era importante, muito pelo contrário — economicamente, ela estava ligada aos circuitos de comércio lusitano no Brasil, mesmo que distante dos centros urbanos da colônia.

Os únicos regimentos significativos presentes no continente e em Sacramento eram oriundos de Rio de Janeiro e, principalmente, de São Paulo. Esse último estava passando por um processo de expansão econômica e reorganização administrativa no fim do século XVIII que culminou em sua afirmação como um importante centro de poder regional, como nos aponta Belloto *apud* Lorena Leite:

"A restauração do governo, de um lado, atendia aos interesses da Coroa de defesa geopolítica, reativação da economia do planalto paulista e centralização político-administrativa. Por outro, colocava São Paulo como lugar central para a organização das tropas na ofensiva contra os espanhóis ao sul."<sup>37</sup>

As maiores vitórias dos portugueses, nesse contexto, talvez tenham sido de natureza diplomática: através de seus agentes locais, os lusos insuflaram os conflitos já existentes entre as diferentes etnias indígenas da região. Navegando pela rede de rivalidades e alianças da fronteira sul e da Bacia do Prata, Lisboa conseguiu causar grande incômodo aos espanhóis e seus aliados guaranis ao apoiar e incentivar ataques por parte dos índios considerados “infiéis”, aqueles que se opunham à catequização praticada pelos hispânicos.<sup>38</sup>

<sup>36</sup> TORRES, Luiz Henrique. **O poente o nascente do projeto luso-brasileiro (1763-1777)**. Rio Grande: Biblos, 2008, p. 10. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/958>>. Acesso em: 06 maio 2021

<sup>37</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). *apud*. LEITE, Lorena. A Capitania de São Paulo e a Defesa do Sul: de fronteira a território. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 91. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308163869\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH2011\\_final.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308163869_ARQUIVO_ArtigoANPUH2011_final.pdf)>. Acesso em: 08 maio 2021

<sup>38</sup> “A oposição entre índios cristianizados e infiéis atingiu proporções alarmantes no início do século XVIII. Um exemplo flagrante dessa indisposição foi registrado em 1701 na redução de Yapeyu, a mais austral de todas. Esta foi invadida à mão armada por esses índios, e a igreja saqueada e profanada, sendo roubadas «las ymagenes y los vasos sagrados, y se llevaron gran cantidad de caballos y vacas», o saque de objetos vinculados a cultura cristã,

Embora tais conflitos não tenham resultado em vitórias campais no sentido tradicional para os luso-brasileiros, eles cumpriram o importante papel de perturbar o comércio na região platina e causar problemas para os missioneiros. Segundo Neumann:

Os inconvenientes registrados neste ano foram o resultado imediato da proximidade portuguesa em terras orientais e a indisposição maior decorria da afronta dos inimigos Charruas e Minuanos aos guarani em suas próprias terras. A ação de Portugal ao estimular o enfrentamento entre grupos rivais visava principalmente atingir o trabalho dos jesuítas, procurando desestruturar a obra catequizadora e inviabilizar a manutenção dos trabalhos reducionistas. Os portugueses souberam potencializar as diferenças culturais existente entre as parcialidades indígenas, ocasiões em que sempre procuravam tirar proveito da situação em prol de suas pretensões expansionistas.<sup>39</sup>

Vale a ressalva, porém, de que não podemos tomar esses conflitos como regra para o contexto regional no que diz respeito à rigidez das fronteiras. A convivência entre lusitanos e espanhóis não era pautada apenas pela violência — muito pelo contrário, a própria subsistência do povoamento dessa fronteira por parte dos portugueses dependia do comércio com os hispânicos. Fora essas breves invasões a Sacramento, a conjuntura que precedeu a incursão de 1763 era bastante pacífica.<sup>40</sup>

Isso posto, se as fronteiras da região não eram rígidas, muito menos eram as alianças. As relações entre minuanos e portugueses tendiam a serem amistosas, porém, a própria natureza de como se davam os acordos entre esses grupos não significava um alinhamento automático de interesses.<sup>41</sup>

---

indica uma possibilidade de leitura do conflito central entre cristianizados e pagãos e mostra também os primeiros efeitos da instalação de Sacramento na fronteira luso-espanhola”. NEUMANN, 2000, p. 80.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 81

<sup>40</sup> “As rivalidades luso-hispânicas estavam longe de corresponder às dimensões que lhe tem sido dadas pela historiografia regional, sendo que a cooperação entre portugueses e espanhóis no comércio de gado parece ter sido constante. Já em 1723, antes da existência de qualquer povoação portuguesa no Continente do Rio Grande, os tropeiros espanhóis (neste caso oriundos de Santa Fé) procuravam estabelecer relações comerciais com a vila de Laguna, diante das dificuldades existentes no comércio com a Colônia de Sacramento, em virtude dos empecilhos colocados pela Guarda espanhola de San Juan. No caso da povoação do Rio Grande, o contingente hispânico era formado principalmente por peões espanhóis, procedentes na sua maioria, de Santa Fé, Corrientes, Entre Rios e Paraguai, exercendo suas atividades nas estâncias reais (como Isidro Maciel, "homem espanhol e domador na Estância de Bojuru") e particulares (era o caso de João Marinho, "peão espanhol na estância de Manuel Jorge"). Esses homens representavam mão-de-obra altamente especializada, de importância vital para a sobrevivência econômica da nova povoação. No caso das atividades que exerciam (cavalariços, boieiros, carreiros, domadores e laçadores) era impossível contar com os elementos portugueses ou africanos, inábeis na atividade pecuária”. KÜHN, Fábio. **A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII**. Porto Alegre: Revista de Estudos Ibero-Americanos, 1999, v. 25, n. 2, p. 92.

<sup>41</sup> Tais acordos eram firmados, geralmente, mediante a concessão de presentes por parte dos portugueses, e disso advinha a inconstância característica de alianças que precisam ser renovadas em quase toda ocasião. Cf.: GARCIA, 2008, p. 617.

Tanto os luso-brasileiros quanto os minuanos vão, em mais de uma ocasião, negar auxílio um ao outro, independentemente da velha “amizade” entre os povos, ou até mesmo ativamente minar os esforços da outra parte em algumas situações. Nesse sentido, são emblemáticos os casos em que os segundos correram em apoio de seus familiares a despeito dos acordos com Portugal, inclusive agindo em favor dos missioneiros:

Muitos minuanos mantinham suas solidariedades pregressas com grupos não alinhados aos lusitanos, às quais eram justapostos os acordos com os portugueses. Foi o que ocorreu em 1749, quando alguns minuanos se dirigiram a uma estância do povo jesuítico de São Miguel para avisar os seus parentes cristãos aldeados sobre as pretensões dos portugueses de atacarem as missões.<sup>42</sup>

Em determinados momentos, eles também não se encontravam nas melhores condições, o que tornava difícil oferecer regimentos na mesma escala que os missioneiros. A pressão de outros grupos indígenas também os tinha deixado em uma posição desfavorável — ou pelo menos é o que relatavam aos portugueses.<sup>43</sup>

Em certo sentido, a rivalidade com os guaranis parece um tanto assimétrica, dada a extensão da capacidade militar que esses últimos pareciam possuir e a forma que os próprios minuanos pediam auxílio aos luso-brasileiros. Porém, ambas as coisas são passíveis de explicação contrária.

É possível que a diferença entre os números que os europeus conferem aos destacamentos minuanos com relação aos dos guaranis advinha da forma com que cada um dos lados do conflito empregava suas forças. Os espanhóis buscavam apoio nos índios cristianizados e aldeados, o que torna razoável presumir uma cooperação mais direta e próxima entre os exércitos de ambos. Os baixos números dos regimentos minuanos que são apresentados nas fontes portuguesas, por sua vez, podem indicar apenas uma fração da força total deles, diluída entre seus diferentes líderes.<sup>44</sup>

Qualquer que seja o caso, é visível que a estrutura organizacional missioneira conferiu aos espanhóis e aos povos originários que delas participavam uma série de vantagens nas disputas contra Portugal pelo Rio da Prata e pelo atual Rio Grande do Sul, posto que os luso-brasileiros parecem ter ficado isolados dos seus principais centros populacionais no continente

---

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 620

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 619

<sup>44</sup> Um dado que coaduna com a teoria da diluição dos números é um relato de 1785 trazido por Garcia, indicando 300 minuanos guerreiros em um grupo composto por 5 caciques, que é semelhante ou maior que a maioria das quantidades indicadas pelos portugueses nos conflitos da fronteira sul. *Ibid.*, p. 624

e seus aliados locais não possuíam interesse ou força o suficiente para intervir em seu favor de forma significativa. A infraestrutura local paupérrima, ainda por cima, comprometia a chegada de reforços e suprimentos.

A isso somava-se a importância que o comércio com o Rio da Prata tinha para a sobrevivência das cidades da região Rio Grande de São Pedro. O resultado, como se pôde observar no desenrolar de todas as incursões espanholas até 1774, foi de que o lado hispânico-comissionário do conflito teria sempre a iniciativa, as cadeias de suprimento e os números necessários para ditar o resultado de qualquer contenda ao sul da então Nossa Senhora do Desterro. Mesmo a presença da marinha inglesa não foi suficiente para reverter esse quadro já adentrando a segunda metade do século.<sup>45</sup>

Por um lado, Buenos Aires e a região à sua volta podiam prosperar com alguma segurança, apesar da proximidade portuguesa. Por outro, a Coroa Espanhola garantia contrapesos importantes em um front com sua principal rival na América do sul. Os guaranis, por sua vez, ganhavam acesso a armas que poderiam usar contra seus rivais e exerciam influência política nas decisões regionais. E todos ganhavam com o conflito contra Portugal:

Existia consenso entre os militares portugueses quanto ao empenho dos jesuítas nesta primeira tomada de Sacramento. O relato dos militares derrotados, enviados como prisioneiros à Buenos Aires, confirmava esta suspeita. Um destes chegou a formular a denúncia de que o governador desta cidade em tudo se regia pelos jesuítas, estando os padres «mais empenhados que todos ou somente empenhados na nossa expulsão por respeito das suas reduções», conforme a missiva datada de 1683, redigida no cativoiro.<sup>46</sup>

### 3.1 AS CONSEQUÊNCIAS TRANSFORMADORAS DO TRATADO DE MADRI PARA AS GUERRAS DO SUL

Essa relação simbiótica entre os exércitos dos povos originários e espanhóis, que permaneceu uma constante desde o século XV, vai sofrer o que talvez seja sua primeira — e possivelmente a mais abrupta — transformação na metade do século XVIII. Em 1750, portugueses e espanhóis assinam o Tratado de Madri, que tinha por objetivo resolver diversas disputas de fronteira nos seus territórios ultramarinos. Para o contexto sulino, a importância

---

<sup>45</sup> DONATO, 1987, p. 266

<sup>46</sup> NEUMANN, 2000, p. 78

desse documento está na troca acordada entre as duas coroas, onde as Missões Orientais seriam entregues a Portugal; e a colônia de Sacramento, à Espanha.<sup>47</sup>

A notícia não foi bem recebida no sul das Américas — nem na própria Europa —, e os indígenas missioneiros, insatisfeitos tanto com a perspectiva de serem forçosamente transportados quanto a de viverem sob jugo português<sup>48</sup> — ao qual se opunham desde antes de serem incorporados às reduções jesuíticas —, pegam em armas e tomam iniciativa no conflito, atacando por duas vezes o forte Jesus-Maria-José de Rio Pardo.<sup>49</sup> Após uma série de batalhas, conhecidas hoje como "Guerras Guaraníticas", espanhóis e portugueses efetivamente eliminam as forças revoltosas:

Os desastrosos resultados da resistência à evacuação dos Sete Povos e a chegada a Buenos Aires do novo governador[...] com ordens da Coroa de reduzir ao mínimo a presença dos inacianos na região platina, assinalam o princípio do fim das florescentes reduções jesuíticas do Paraguai[...].<sup>50</sup>

Apesar da vitória das potências coloniais, o Tratado de Madri foi anulado em 1761 pelo de El Pardo, e as hostilidades entre hispano-americanos e luso-brasileiros não tardaram a ressurgir. Nesse meio tempo, porém, a Coroa Portuguesa daria início a uma política assimilacionista, buscando atrair os recém-conquistados para si. As manifestações dessa ambição se fizeram sentir quase que imediatamente na ocupação dos territórios adquiridos, nos quais os portugueses realizaram festas e respeitaram a propriedade dos indígenas que lá viviam<sup>51</sup>. Esse tratamento, talvez inesperado pela população guarani, resultou no que Elisa Garcia chama de uma “reformulação das suas representações”:

As habituais representações dos portugueses enquanto inimigos e dos espanhóis e jesuítas como aliados não eram capazes de explicar a situação na qual se encontravam e, tampouco, de oferecer-lhes alguma segurança quanto ao seu dever. Assim, alguns disseram que foram enganados sobre o caráter dos lusitanos, outros argumentaram

---

<sup>47</sup> BOXER, Charles. **A Idade do Ouro no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 310.

<sup>48</sup> Quanto ao ódio guarani aos portugueses nesse contexto: "Las guerras com los portugueses seguramente fueron afirmando entre os los guaraníes um sentimiento de venganza que daba continuidad a la cohesión social de una generación com respecto a la seguinte". WILDE, 2009, p. 92.

<sup>49</sup> DONATO, 1987, p. 330.

<sup>50</sup> COUTO, Jorge. **A Construção do Brasil - Ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a finais de Quinhentos**. Lisboa: Cosmos, 1998, p. 21.

<sup>51</sup> GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa**. 2007, p. 56., 320f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. Disponível em: <[https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007\\_GARCIA\\_Elisa\\_Fruhauf-S.pdf](https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_GARCIA_Elisa_Fruhauf-S.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2021

que estes havia mudado e outros ainda acursaram os espanhóis de traidores, malvados e pobres. Num contexto onde estas antigas “certezas” não eram capazes de explicar a situação vivida, a reformulação destas representações serviu para reatricular as suas alianças e, concomitantemente, lhes possibilitar a utilização das propostas portuguesas e a construção de uma possibilidade de futuro nos domínios do Rei Fidelíssimo.<sup>52</sup>

Em 1762, Portugal entrou na Guerra dos Sete Anos ao lado da Inglaterra e em oposição à aliança Franco-Espanhola. A Coroa da Espanha encarregou Dom Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires e antigo comandante na Guerra Guaranítica, de atacar a região Sul do Brasil. Já tendo um plano em mente<sup>53</sup> e tropas preparadas, Cevallos invadiu a Colônia de Sacramento, e a partir desse cerco é possível observar algumas constâncias.

A primeira é que, após um mês de resistência e uma tentativa fracassada de invasão naval por parte das coroas Inglesa e Portuguesa, a colônia eventualmente cai em mãos espanholas. A segunda é que, do lado português, por mais que não haja um consenso entre as fontes sobre a quantidade exata de soldados<sup>54</sup>, nenhuma delas cita qualquer participação indígena.

A novidade que encontramos é a queda na participação dos índios no lado espanhol do front — agora reduzidos a apenas 1.200 combatentes no quarto cerco a Colônia de Sacramento<sup>55</sup>. Antes onipresentes nos conflitos do sul brasileiro, aparecendo em números dez vezes maiores que os europeus, os povos originários agora são minoria na composição do exército de Cevallos, cujo restante das tropas contabilizavam 1.200 soldados regulares, 1.300 paisanos e 300 peões hispano-americanos, e 500 “negros livres”<sup>56</sup>.

---

<sup>52</sup> *Ibid.*, p.59

<sup>53</sup> “En 1760 el gobernador de Buenos Aires, don Pedro Antonio de Cevallos, se propuso limitar la expansión de Colonia del Sacramento, que en marzo de ese año recibía a un nuevo gobernador portugués: el brigadier Vicente da Silva da Fonseca”. LUZURIAGA, 2010, p. 5.

<sup>54</sup> Buschiazzo transcreve uma carta do próprio Cevallos que contabiliza um total de 680 tropas regulares e mais 600 milicianos enquanto Henrique Donato encontra um total de 725 soldados. Cf: DONATO, *op. cit.*, p. 268 e BUSCHIAZZO, Marcelo Diaz. Analisis militar del sitio español a la plaza fuerte de Colonia del Sacramento (oct 1762). Ataque combinado de la escuadra anglo-portuguesa y hundimiento del Lord Clive (ene 1763). In: SEMINÁRIO REGIONAL DE CIDADES FORTIFICADAS E PRIMEIRO ENCONTRO TÉCNICO DE GESTORES E FORTIFICAÇÕES, 4., 2008, Montevideu. Atas [...]. Montevideu: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 4. Disponível em: <<http://cidadesfortificadas.ufsc.br/actas-virtuais/4%c2%ba-seminario-%e2%80%93-2008/>>. Acesso em: 30 mar. 2019

<sup>55</sup> BUSCHIAZZO, 2010, p. 3.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 5

Mas aqui as fontes divergem novamente: segundo Donato, Cevallos marchou sobre o Rio Grande com um total de 6.000 soldados<sup>57</sup>, enquanto Luzuriaga conta por volta de 1.700<sup>58</sup>. Essa diferença talvez se dê, pois Luzuriaga contabiliza apenas a movimentação das forças comandadas diretamente por Cevallos, enquanto Donato possivelmente está somando a elas os 2.000 missioneiros que marcharam em direção a Rio Pardo<sup>59</sup>.

É nesse conflito que podemos ver outra forma de assimilação praticada pelos portugueses: o deslocamento forçado. Em uma das vitórias que obtiveram nesses estágios iniciais da invasão hispano-americana, as forças de Portugal arrasaram uma aldeia, deslocando parte de sua população para seu próprio território.<sup>60</sup> Esse episódio, contudo, foi atípico, e não impediu que os luso-brasileiros fossem retirados quase que completamente da capitania, ficando apenas com o norte.

[...] durante a década de 60, os nossos inimigos referiam-se ao comando luso-brasileiro como dominando o "continente de Viamão e Rio Pardo", povoações próximas da actual cidade de Porto Alegre, o que era desprestigiante e pejorativo.<sup>61</sup>

Após a retumbante vitória, Cevallos retorna à Espanha, em 1766, e a conquista do Rio Grande do Sul fica a cargo de D. Juan José de Vértiz y Salcedo, que volta a atacar os portugueses em 1773. Sua força totalizava 3.000 soldados contra os 712 luso-brasileiros<sup>62</sup>, dentre os quais havia um destacamento indígena não quantificado.<sup>63</sup>

Em ambas as campanhas, a única referência que diz respeito à participação dos índios, além das duas citadas anteriormente, é uma de Donato, sobre uma derrota sofrida pelas forças de Cevallos em Santa Bárbara. Nela são contabilizados “500 soldados correntinos e índios, encarregados de defender uma trincheira e que foram derrotados por uma força conjunta de 230

---

<sup>57</sup> DONATO, 1987, p. 112

<sup>58</sup> LUZURIAGA, 2010, p. 5

<sup>59</sup> GARCIA, 2008, p. 133

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 134

<sup>61</sup> DOS SANTOS, Eugénio. **Administração Portuguesa no Sul do Brasil durante o Período Pombalino: Denúncias ao abuso do poder. A questão indígena.** Revista da Faculdade de Letras, Porto, v. 13, série II, p. 389, 1996. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5628/5293>>. Acesso em: 6 maio 2021

<sup>62</sup> DONATO, *op. cit.*

<sup>63</sup> LUZURIAGA, *op. cit.*, p. 7.

dragões rio-grandenses e ‘aventureiros’ de São Paulo”.<sup>64</sup> Comparando essa conjuntura com as cifras que obtivemos anteriormente, na casa dos 3.000 e 4.000 soldados indígenas, podemos observar o impacto que a perda de parte das reduções guaranis causou a capacidade de mobilização do lado hispano-americano e missioneiro.

Vale lembrar que isso não significa que a participação dos indígenas tornou-se mínima ou desimportante, pois as fontes que utilizei como embasamento até agora falam muito pouco das tropas envolvidas em cercos — excetuando os de Sacramento — e se debruçam mais sobre as batalhas travadas. Considerando isso, uma vez que a invasão de Cevallos não encontrou muita oposição<sup>65</sup>, é natural que a ação e os números das forças hispano-americanas, como tudo, fiquem apagados.

A Coroa Portuguesa, por sua vez, reagiu enviando destacamentos lusitanos para integrarem no recém-formado Exército Sul, junto a forças paulistas, cariocas, lagunenses e rio-grandenses. Ela também confiou a tarefa de contra-atacar os espanhóis ao Tenente General João Henrique Böhn, que descreveu todo o percurso, desde sua admissão, em suas cartas.

Nos registros, ele mantém uma postura inconstante, ora pendendo à admiração, ora ao desdém, tanto pela região em si quanto pelos soldados indígenas. Logo no começo de suas correspondências, a narração da travessia até chegar ao fronte de guerra é repleta de contratempos, devido à infraestrutura precária da capitania. Em determinada ocasião, uma das pontes improvisadas durante a travessia de um rio arrebentou e ele perdeu 48 homens, dentre os quais um major.<sup>66</sup> Quanto à Capitania, Böhn constantemente contrasta a riqueza natural do solo e da fauna com a miséria da população, principalmente em consequência da guerra:

---

<sup>64</sup> DONATO, *op. cit.*, p. 467.

<sup>65</sup> “Em abril de 1763 as tropas espanholas marcham sobre o forte de Santa Teresa, que capitula em meio a deserções generalizadas. São Miguel também se rende. Com a porta aberta para a vila do Rio Grande, os soldados que desesperadamente fugiam à aproximação castelhana invadiram a vila do Rio Grande de São Pedro e promoveram o caos entre os moradores e a pilhagem do comércio. O governador do Rio Grande, Elói Madureira, que administrava as possessões portuguesas a partir desta localidade, não divulgou o plano de defesa e fuga dos moradores, deixando a população à mercê de uma desesperada travessia da Barra do Rio Grande”. TORRES, 2008, p. 21.

Figura 2

<sup>66</sup> “Enquanto tomava providências quanto a isso, chegou-me preocupante parte; dizia que a Companhia dos Granadeiros e a Companhia do Coronel do Regimento de Estremoz estavam cruzando o rio. E mais, que o major, para acelerar a transposição, havia feito passar duas companhias sobre a ponte, apesar da oposição dos barqueiros. E ele mesmo havia subido nela, por último. A ponte ficou sobrecarregada sobre a parte traseira, pesando demais sobre os barcos que a estruturaram. Assim, os primeiros barcos se encheram de água. Isto fez abaixar tanto a ponte, desse lado, que os soldados, não se podendo manter de pé, escorregavam para baixo, amontoando-se. Caíram no rio, bastante profundo, e afogaram-se o major com um subalterno, 6 sargentos, 39 soldados e um tambor da Companhia de Andrade. O restante desta companhia e a do major, que se encontravam na parte dianteira da ponte, passaram, felizmente”. BENTO, 1996, p. 33

Toda a extensão do caminho que vai de Araranguá à margem do Rio Grande, mesmo depois que se deixou o terrível caminho da praia, é uma região plana onde se vêem poucos bosques. É uma região quase deserta. [...] Nada é mais triste do que viajar por estes sítios. Não apenas é preciso levar consigo as menores bagatelas, mas também tem-se dificuldade de se encontrar em algumas destas cabanas extremamente acanhadas, um lugar onde colocar uma cama. Não possuem nem cadeira, nem mesa. Não se vê nada de vidro; nem um pouco de sal ou de vinagre. Apenas uma vasilha d'água que se preferiria bebê-la em outro local. Indo de Leste para Oeste, do Quintão para o Rio Jacuí, a região é mais amena, cortada por rios, coberta de belas florestas com boas madeiras e muito mais habitada. Encontra-se nesta linha, Viamão, situada sobre uma eminência, no meio de uma paisagem fértil e agradável.<sup>67</sup>

Chamo a atenção para isso pois essas informações são relevantes para entendermos o contexto da capitania, demonstrando as dificuldades impostas a qualquer força militar que vá operar nela. A precariedade das estradas, das fortificações, dos armazéns e dos alojamentos são fatores bastante limitantes, tanto à chegada de tropas quanto ao seu uso efetivo.

Os conflitos na região acabavam sendo pautados, em parte, pela captura de gado, que era de suma importância devido à precariedade da agricultura e à infraestrutura de transportes e armazenamento. A capacidade de um exército de manter suas tropas alimentadas dependia dos animais. Os bois, por sua vez, apresentavam aos beligerantes a vantagem de não precisarem de meios de transporte próprio, conseguiam transpor rios e outras barreiras geográficas com alguma facilidade sendo guiados por apenas duas pessoas, e não “estragavam” até o momento do abate.<sup>68</sup>

Quanto aos indígenas, eles se fazem presentes tanto na estrutura militar quanto nas redes de comércio e produção locais. Eles são mencionados apenas algumas vezes e, em quase todos os casos, o general se refere a eles apenas como “índios” e não especifica nação de origem. Logo em uma de suas primeiras cartas, Böhn descreve as tentativas da Coroa de assimilar parte da população local:

Nossa Senhora dos Anjos, a 3 léguas de Viamão, é um grande vilarejo à margem do Rio Gravataí. É uma das mais belas partes do Continente, onde o Conde de Bobadela fixou grande quantidade de famílias de naturais do Brasil (índios). Nomeou um comandante para dirigi-los, e outras pessoas que julgou capazes, para lhes ensinar o

---

<sup>67</sup> BENTO, *op. cit.*, p. 34

<sup>68</sup> Muito cedo na campanha, ainda na marcha para o sul, Böhn percebeu essas vantagens: “Confesso que não compreendia como, antes, seria possível passar ao outro lado de um rio, mais largo que o Reno, tantos homens, bagagens, carros e carroças. [...] Quanto aos cavalos e muares, todos nadam. Tira-se-lhes a sela; um homem, a cavalo, vai à frente, entrando na água. Outro homem impele os demais animais que também entram na água o que fazem por si mesmos. Seguem sempre o primeiro cavaleiro, que os conduz ao lugar que quiser, do outro lado. Assim, dois homens sozinhos baldeiam mais de cem animais. Se houver entre eles alguns que estejam fatigados, se afogam, caso a corrente estiver um tanto forte. As carretas são descarregadas. As bagagens passam em primeiro lugar nos dois barcos que eles amarraram previamente, de tal modo que puderam sobre eles colocar uma carreta e passá-la. E tudo isso com uma rapidez admirável!”. *Ibid.*

Cristianismo e civilizálos, a fim de aumentar o número de vassallos de Sua Majestade, e os tornou úteis ao Estado. Mas até agora, todo o trabalho e despesas foram e infrutíferos para tirá-los do embrutecimento em que se encontram, ainda que o Governador José Marcelino nisso tenha posto um zelo de fanático. O Rei fez-lhes dar com que se cobrir e lhes distribuiu a cada um, homem ou mulher, duas libras de carne; e às crianças, uma. Quando eles trabalham para o Rei ou particulares, são tratados de modo diferente. Encontra-se um vilarejo semelhante, perto do Rio Pardo, mas demasiado inferior a este para que se mencione.<sup>69</sup>

Com esse relato, podemos ver um dos exemplos práticos das política de atração dos indígenas que foi praticada no Brasil após o Tratado de Madri. Nesse trecho também constam, inclusive, duas figuras relevantes para esse processo: o Conde de Bobadela, que foi o comissário português para demarcação do tratado na região sul e que participou da administração das reduções conquistadas nas Guerras Guaraníticas<sup>70</sup>; e José Marcelino de Figueiredo, governador da província e responsável por aplicar nela o Diretório dos índios, legislação promulgada por Lisboa, em 1758, visando integrar os indígenas a população da colônia na condição de vassallos.<sup>71</sup>

Essas políticas também se fazem sentir na formação do próprio exército encarregado para retomar a Capitania. Em fevereiro de 1775, o general escreve em seu levantamento que:

A Infantaria leve dos índios só serve para mostrar que eles podem aprender a manejar armas e que eles preferem estas ao trabalho; porém, jamais se conseguirá incutir-lhes o espírito de bons soldados, nem o de gente de bem. E, se não se deixasse um terço deles ir para casa, a título de destacamento, por rodízio, esta Companhia talvez nem existisse mais.<sup>72</sup>

A nomenclatura e a menção de rotatividade utilizada nos leva à conclusão de que esse destacamento muito provavelmente fazia parte de uma das ordenanças, as quais executaram um papel majoritariamente defensivo na fase de reconquista da guerra<sup>73</sup>. A aversão de Böhn a ela pode originar de diferentes fontes, como a falta de profissionalismo que uma milícia civil possuía quando comparada a uma regular. Outra possibilidade é que esse fosse um caso similar ao dos espanhóis, que se irritavam com aquilo que percebiam como uma falta de disciplina tapes, manifesta tanto no hábito de gritar antes das batalhas quanto na brutalidade com a qual

---

<sup>69</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>70</sup> GARCIA, 2007, p. 33

<sup>71</sup> *Ibid.*, p.72

<sup>72</sup> BENTO, *op. cit.*, p. 62.

<sup>73</sup> GARCIA, 2007, p. 85

às vezes tratavam os vencidos<sup>74</sup>. A falta de detalhes, infelizmente, nos impede de fazer uma análise mais a fundo da situação.

Essa é, aliás, uma constante nas cartas do general, o que pode ser explicado pela função que cumpriam. Explico: os relatórios que ele fez das movimentações do *front* foram bastante sucintos. Em vez disso, ele se dedicou a descrever detalhadamente as condições de vida na Capitania, pois seria através desses relatos que ele esperaria obter maior apoio da Coroa. Não à toa, ele repetidamente citou diversos problemas, como falta de remédios, comida, uniformes, transportes e até meios de manter as peças de artilharia.

No que diz respeito a destacamentos e movimentações de tropas, as fontes passam a se tornar cada vez mais escassas conforme a guerra avança — encontrei mais três relatos pertinentes, já se aproximando do fim do conflito: em São Martinho do Monte Grande, 1775, forças portuguesas repeliram um pequeno destacamento espanhol de suas trincheiras. Entre os combatentes inimigos, os lusitanos capturam 21 índios e relatam que outros 100 fugiram.<sup>75</sup> Em 11 de março do ano seguinte teríamos novos relatos. Ao atacar um destacamento espanhol, o Major Rafael escreve a Böhn que capturou “437 homens, tropas e 180 gaudérios [...] espanhóis índios e escravos, ao todo com 617 homens e dois falcões”.<sup>76</sup>

A última cifra vem de pouco depois do armistício, em uma carta de 22 de junho de 1777, mas os números são grandes: 200 soldados europeus, uma companhia de dragões e 2.000 índios.<sup>77</sup> O interessante desse relato é que ele parece uma proporção vinda dos conflitos de antes das guerras guaranícas, quando os indígenas superavam os hispano-americanos em uma escala de dez para um.

Esses números, porém, não se fizeram sentir em campo de batalha. Com o armistício já bem encaminhado, esse ponto da guerra se resumia apenas a operações de pequena escala. Em contrapartida, Böhn começa a se ver obrigado, de forma cada vez mais constante, a lidar com

<sup>74</sup> “A desordem nesta campanha [Invasão de Sacramento de 1705] surpreendeu tanto aos padres como o governador, e a reação descontrolada dos índios considerada como bárbara, pois inviabilizava a formação de uma estratégia militar adequada. As tropas em combate, em determinados momentos, devido a dificuldades na comunicação ou movidos por questões extra bélicas, não respondiam às ordens dos provinciais e atacavam o inimigo português aos berros, sem a disciplina militar esperada. Estavam pouco preocupados com a tática militar ou a estratégia diplomática da Coroa Espanhola, guerreando nessas ocasiões à sua maneira”. NEUMANN, 2000, p. 82.

<sup>75</sup> DONATO, 1987, p. 487. Estranhamente, os indígenas não são citados pela minuciosa relação de prisioneiros feita pelo Tenente Böhn em sua carta de 9 de novembro de 1775. Cf: BENTO, 1996, p. 72.

<sup>76</sup> BENTO, 1996, p. 84.

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 135.

o universo político local. Começando em 1777, o Tenente-General passa a pedir auxílio da Coroa para resolver um problema de concessão de terras a um grupo de índios minuanos que vem a ele solicitar abrigo e passagem.<sup>78</sup> Com o passar das cartas, fica claro que os minuanos obtiveram sucesso em suas negociações, sendo a eles entregue um pedaço de terra:

Do Coronel Rafael Pinto Bandeira recebi a carta anexa sobre a chegada dos índios minuanos para quem ele designou umas terras perto de Santa Tecla. Creio que o Armistício não impede esta proteção, concedida anteriormente por Vossa Excelência; porém, além de participar ao coronel as ordens de suspensão das hostilidades, declarei-lhe que estes novos hóspedes devem observar as ordens de S. M. neste particular, tão pontualmente quanto os outros vassallos e pessoas. Que se lhes deve explicar bem e ficar de olho neles.

Podemos inferir a partir dessa passagem que a articulação política entre Portugal e os indígenas aliados era um ponto de contenda para os espanhóis, dada a referência do General ao acordo firmado no Armistício. Ao mesmo tempo, ele também não parece confiar que os minuanos seguiram as regras firmadas pela Coroa, muito provavelmente por saber que eles continuarão a buscar atingir seus próprios interesses, em vez de aderir a uma vassalagem no sentido tradicional. Para a frustração da administração lusitana, esses receios vão se provar reais, uma vez que os indígenas vão se mostrar dispostos a violar as delimitações territoriais designadas a eles.<sup>79</sup>

Tal episódio não foi isolado, e não se limitou ao lado português da fronteira. Segundo Karina da Silva e Melo, o processo de paz e a demarcação de terras, que foi fruto dele no Tratado de Santo Idelfonso, foi marcado pela participação ativa dos povos originários. Devido ao parco conhecimento geográfico que ambas as coroas ibéricas possuíam da região, elas tiveram que recorrer aos que nela habitavam, e estes, por sua vez, perseguiram interesses próprios.<sup>80</sup> Ao longo de seu artigo, a autora vai descrever diversas ocasiões em que as comissões demarcadoras e as

---

<sup>78</sup> “O Governador José Marcelino me participou que cinco índios minuanos, com seu comandante, chegaram ao Rio Pardo pedindo a proteção de S.M.F.F. para sua tribo e obrigando-se a conduzir o gado”. *Ibid.*, p. 124.

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 143

<sup>80</sup> “Nesse sentido, se por um lado, consta nos registros que uma das maiores dificuldades em estabelecer as raias divisórias residia nas dúvidas geradas pela falta de consenso em relação à localização de referências geográficas; por outro, é esclarecedor observar que tais referências, como as cabeceiras do rio Negro, os ervais dos povos de São João e São Lourenço, as vertentes do rio Jacuí, o forte de São Miguel, o rio Pepirí, a barra do rio Uruguai e as guardas de San Martín e de Santa Tecla, eram todos lugares conhecidos e habitados pelos índios. Dito em outras palavras, os índios ocupavam, circulavam e dominavam conhecimentos sobre um espaço cujo mapeamento era ponto de controvérsia para o estabelecimento de limites territoriais entre colônias da Espanha e Portugal”. MELO, Karina Moreira da Silva e. A execução do tratado de Santo Idelfonso e as atuações indígenas na fronteira platina. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s. l.], v. 10, n. 19, p. 173, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10798/pdf>>. Acesso em: 08 maio 2021

vaquejadas pela fronteira eram chefiadas e lideradas por índios, além das iniciativas deles de, por vezes, negociar com ambos os lados do conflito para extrair o que mais os beneficiasse.

### 3.2 AUXILIARES DE QUEM?

Esses levantamentos numéricos, negociações e conflitos nos revelam que, realmente, a participação direta dos indígenas no conflito diminuiu com o tempo. Isso se torna evidente se observarmos a diminuição dos seus números nas investidas hispano-americanas de 1763 em diante.

Sobre tal redução, ela muito provavelmente é resultado das Guerras Guaraníticas e da conseguinte criação do Diretório dos índios por parte de Portugal. Já do lado espanhol, o agravante foi a expulsão dos padres jesuítas das colônias americanas em 1767, uma vez que estes encabeçavam as reduções guaranis desde sua criação e eram vitais para o processo e arregimentação que nelas ocorria.

Essa mudança no contexto político-regional causou uma rearticulação de alianças por parte da população missioneira e impactou a forma com que os lusitanos interagiriam com os indígenas da capitania. Afinal, parte central do “fronte unido” composto pelos espanhóis e pelos missioneiros era justamente a rejeição ao domínio da região por parte dos portugueses, que ameaçava tanto a Buenos Aires quanto aos Guaranis. Uma coalizão luso-hispânica contra os missioneiros, por sua vez, colocou a Coroa Espanhola em uma posição antagônica com seus antigos aliados, especialmente quando consideramos a forma como trataram os derrotados em comparação aos portugueses<sup>81</sup>.

Esse episódio, que até hoje é central nas discussões relacionadas à opressão exercida pelas forças colonizadoras contra os povos originários no Brasil, foi muito simbólico pelo massacre que o tornou infame, mas argumento aqui que a desarticulação consequente dessa ação foi tão importante quanto. Essa, contudo, não é uma narrativa que deve ser resumida apenas pela tragédia e traição, mas que também demonstra um exemplo claro em que as decisões tomadas na Europa acabaram prejudicando a própria capacidade da colônia espanhola de projetar poder em seu entorno. Obviamente, não pretendo sugerir que se deve dar mais importância a um aspecto do que ao outro, mas sim apontar para o quão essencial essa aliança entre missioneiros e hispânicos era para a manutenção do status quo favorável ao Vice-reino do Rio da Prata nessa região de fronteira.

---

<sup>81</sup> GARCIA, 2007, p. 54

A invasão de Cevallos, em 1763, carente do volume de tropas indígenas que normalmente acompanhavam os hispânicos, obteve, sim, um sucesso muito grande, mas isso se deu em boa parte devido ao lastimável estado em que se encontravam as defesas portuguesas na Colônia de Sacramento e na Capitania do Rio Grande de São Pedro. Para além disso, deve-se também pontuar que o crescimento demográfico colonial permitiu a arregimentação de componentes maiores de tropas, como expressado pelos grandes números de soldados regulares que invadiram a região, apoiados por tropas espanholas.

O problema para o lado hispano-americano do conflito, porém, é que, tendo Portugal rompido sua inércia e conseguido organizar um contra-ataque, a derrota foi rápida. Em menos de dois anos, Juan José Vertiz y Salcedo, governante encarregado de segurar a fronteira, perdeu virtualmente tudo que Cevallos havia conquistado.

Isso se deu, em parte, às ações das guerrilhas locais alinhadas com os luso-brasileiros, mas também ao fato de que agora se encontrava em posição de igualdade com seus rivais: carentes de aliados numerosos e presos a uma campanha longa e árdua num continente desprovido da infraestrutura necessária para manter grandes exércitos em longo prazo.

Agravando mais ainda a situação, a política de assimilação do Diretório dos índios somada à conquista lusitana de algumas das missões vai ser um elemento que remove da esfera de influência espanhola uma quantidade significativa de população em uma região de fronteira, o que também reduz o número de possíveis fontes de recrutamento. Em contrapartida, Portugal agora consegue reorganizar suas defesas com os destacamentos formados pelas ordenanças, além de projetar sua força através do uso de tropas cariocas, paulistas e europeias em peso.

A criação dessas companhias grandes, tanto do lado luso quanto do hispânico é consequência do crescente demográfico que seus centros urbanos estavam experienciando, mas, no caso espanhol, também era resultado das pressões que a perda desses importantes centros de recrutamento representaram para Buenos Aires e para Madri no que dizia respeito a garantir a região platina. O que não quer dizer, porém, que as decisões tomadas pelos povos originários deixaram de ser importantes para a região.

Muito pelo contrário. A existência e relevância deles não foi pautada apenas por suas ações no campo de batalha. Argumento que foi justamente sua ausência deliberada que causou impactos significativos nos rumos da guerra.

Arriscando-me a entrar no terreno da história contrafactual, as forças luso-brasileiras comandadas por Böhn estavam em péssimo estado, e dificilmente conseguiriam impor uma vitória tão sucinta no conflito se tivessem que enfrentar, além dos contingentes hispano-americanos, um assédio missionário nos moldes do que ocorreu antes de 1750. Afirmo isso,

pois o próprio comandante das forças portuguesas coloca em suas cartas que passou por constantes deserções, fruto das péssimas condições de vida e aquartelamento que seu exército enfrentou, e pinta um retrato bastante pessimista das chances de sobrevivência perante um ataque de fato numeroso na maioria das fortificações da capitania. Investidas diretas contra os flancos expostos do destacamento ou até mesmo a interrupção das linhas de suprimento, como ataques ao gado que alimentava as tropas, teriam sido fatais para as empreitadas portuguesas ao sul da ilha de Nossa Senhora do Desterro, que a Coroa até então apenas pôde manter graças a manobras diplomáticas, não pela força das armas.

Além disso, como demonstrado por Karina da Silva e Melo, por Elisa Garcia e pela atuação dos minuanos na correspondência do General Böhn, os indígenas continuaram a pautar suas decisões de acordo com os próprios interesses. Tiveram papel ativo nas comissões demarcadoras e em várias das patrulhas que garantiram o cumprimento das fronteiras acordadas, fazendo exigências e negociando com os governantes locais.

Os minuanos, além de aproveitarem-se das redes de comércio regional (inclusive através do contrabando<sup>82</sup>) e de pleitearem terras e víveres com a Coroa portuguesa, usaram seu apoio para conduzir operações contra os guaranis, coisa que também faziam os charruas. Assim eles podiam lançar incursões contra os seus rivais de uma posição um pouco mais confortável, pois não apenas ganhariam mais com isso como também podiam voltar-se para os luso-brasileiros em busca de proteção e apoio.

Os missioneiros, antes das Guerras Guaraníticas, administravam verdadeiras cidades fortificadas, recebiam armamentos e podiam conduzir suas próprias relações comerciais entre si. Ademais, os espanhóis também reconheciam suas terras, desde que continuassem a se provar aliados da Coroa Espanhola.

Contrário à noção defasada que os indígenas estavam a serviço das monarquias ibéricas em uma relação de subjugação, o que percebemos é, justamente, a condução por parte dessas particularidades de uma política externa baseada na formação de alianças e com objetivos próprios, que muitas vezes coincidiam com os dos colonizadores. Posto dessa forma, o que ocorria era uma verdadeira competição, por parte das metrópoles europeias, pelo apoio militar, comercial e logístico indígena, além da tão importante integração de sua população a suas esferas de influência. Da época do tratado de Santo Idelfonso, Karina da Silva e Melo cita que:

[...] Ao conduzir a execução de mais um tratado para traçar divisas e garantir que vassallos, terras, bens e recursos naturais circunscritos aos povos de missões

---

<sup>82</sup> MELO, 2018, p. 176.

continuassem a ser de domínio da monarquia espanhola, seus representantes usavam de um discurso que reconhecia os indígenas missioneiros como proprietários legítimos dos territórios e dos bens semoventes. Ainda que pareça descabido, os espanhóis reconheciam índios como legítimos proprietários com o intuito de se apropriar legitimamente de suas posses. Em contrapartida, os portugueses tentavam trazer aquela gente, terra, gado e demais riquezas para os domínios de Portugal (GARCIA, 2009, p. 137-145 e seguintes). Desta maneira, ambos os domínios buscavam assegurar posses existentes ou potencialmente passíveis de conquista através de uma barreira territorial a ser consolidada em termos jurisdicionais.<sup>83</sup>

A esse ponto, creio que o protagonismo e importância dos povos originários tenha se tornado óbvio. O que quero propor, agora que devidamente contextualizamos o conflito, é a problematização do termo auxiliar.

A noção de tropa auxiliar é uma que nos é herdada do funcionamento das estruturas militares da República e Império Romanos, em que um estado detentor de força hegemônica assimilava populações “satélites” ao mesmo passo que sanava as próprias deficiências através do serviço militar.<sup>84</sup> Trata-se de uma conceituação flexível, porém. Diversas organizações lançaram uso do termo para relações completamente diferentes.

Ele chegou a ser utilizado pela Alemanha Nazista, um estado moderno e totalitário, para se referir às forças que empregava localmente para lidar com movimentos de resistência e caçar populações judias.<sup>85</sup> Do outro lado do conflito, os destacamentos femininos do exército estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial também recebem o mesmo tratamento.

O termo é, portanto, impreciso, nebuloso e depende muito do contexto. Se formos nos pautar pela sua definição mais liberal e senso comum, a de que uma tropa auxiliar consiste em qualquer destacamento presente em campo de batalha ou no apoio logístico que não pertence às tropas regulares das forças armadas, ele até pode se encaixar no microcosmos que estamos estudando aqui, pelo menos a princípio. O problema é que essa colocação ainda implica que os indígenas estão auxiliando os espanhóis — ou portugueses — a atingirem um objetivo específico.

E, sim, eles de fato estão, dependendo do contexto, mas não se limitam a isso. Muitas vezes, como apontado pela bibliografia citada até aqui, esse objetivo a ser alcançado não é espanhol, mas sim um alvo em comum. Os guaranis não lutaram com os hispano-americanos

---

<sup>83</sup> *Ibid.*

<sup>84</sup> *Cf: The Roman Army from Caesar to Trajan*, de Michael Simkins.

<sup>85</sup> DC (Washington). United States Holocaust Memorial Museum. **Invasion of the Soviet Union**. [S. l.], 9 maio [202?]. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/invasion-of-the-soviet-union-june-1941>>. Acesso em: 8 maio 2021.

insuflados pelo desejo de se integrarem às cidades do Rio da Prata, mas sim porque tinham o que ganhar participando desses conflitos e, muitas vezes, eles mesmos que tomaram a iniciativa nas contendas.

Pode parecer uma questão pequena, resumida a uma nesga semântica, mas as palavras que usamos quando participamos da construção de narrativas são importantes. No que tange a essas termologias, cabe o questionamento feito por Restall e Oudijk:

Ao chamar a guerra entre espanhóis e mexicas de Conquista Espanhola – seja com aliados indígenas ou com assistência indígena - se corre o risco de conferir aos nativos um papel secundário nesta luta, em lugar do de protagonistas. É difícil evitar o uso desses termos e, por outro lado, tampouco devemos esquecer que os espanhóis iniciaram o conflito e foram os maiores beneficiados pela guerra<sup>86</sup>. (tradução nossa)

No fim das contas, sabemos para onde seguiu o processo de colonização das Américas, como se deram as demarcações de terras nos séculos seguintes e as tentativas de apagamento, ou melhor, de “fossilização”, das populações originárias em ambos os lados da fronteira. Esse questionamento, embora válido, não deve ser considerado sem ressalvas, pois uma análise teleológica partindo do presente resultaria em uma narrativa que condenaria os indígenas, novamente, à posição de subalternos que eventualmente seriam superados pelos governos independentes da América Latina que nasceriam no século seguinte.

Então, foram os missionários, minuanos e charruas auxiliares durante os conflitos aqui estudados, visto que quem acabaria por tomar posse do território seriam os Estados nacionais? Depende.

Por que, por exemplo, os argentinos e uruguaios são considerados aliados dos brasileiros na Guerra do Paraguai, e não auxiliares? Por que os romenos eram aliados dos alemães na Segunda Guerra Mundial? O que determina a diferença entre um aliado e um auxiliar? A questão é, afinal, numérica, qualitativa ou de interesse investido?

A princípio, a resposta poderia ser respondida a partir de algumas propostas: a manutenção de um exército profissional, a existência de um Estado, no sentido moderno da palavra, e o interesse direto da nação envolvida. Pois, quanto a este último, já estabelecemos que todas as particularidades indígenas envolvidas nos conflitos no sul do Brasil durante o

---

<sup>86</sup> “Al llamar a la guerra entre españoles y mexicas Conquista española —sea con aliados indígenas o con asistencia indígena— se corre el riesgo de otorgarles a los aliados nativos un papel secundario en esta lucha, en lugar del de protagonistas. Es difícil evitar el uso de estos términos y, por otro lado, tampoco debemos olvidar que los españoles fueron los iniciadores y últimos beneficiarios de esta guerra”. OUDIJK, Michel; RESTALL, Matthew. *La conquista indígena de mesoamérica*. In: **Conquistas de Buenas Palabras y de Guerra: Una Visión Indígena de la Conquista**. Ciudad Universitaria: Universidad Autónoma de México, 2013, p. 12.

século XVIII tinham suas motivações próprias para participar das guerras, incluindo ambições territoriais e rivalidades de longa data. Uma vez integrada a comunidade missioneira ao contexto lusófono, porém, essa argumentação começa a se tornar razoável.

O sistema de ordenanças do qual participaram no pós-Guerras Guaraníticas consiste, de fato, na integração de uma população civil que já está inserida no domínio português nos circuitos internos de defesa da colônia. Independentemente dos objetivos pessoais que cada indivíduo possa ter, essas são forças arregimentadas especificamente para cumprir o dever de defender as fronteiras do império luso.

Quanto à ideia de uma suposta diferença qualitativa entre as tropas regulares e as auxiliares, é difícil de argumentar em favor de um lado ou de outro. Considerando que as Guerras do Sul eram caracterizadas frequentemente pelas constantes deserções e parte do exército português tinha caráter evidentemente penal<sup>87</sup>, não creio que seja o caso. Pelo contrário, as tropas missioneiras parecem ter sido bem mais constantes em relação a seu assédio às fortificações portuguesas quando estavam na ofensiva, e as ordenanças eram notoriamente eficientes.<sup>88</sup>

Há, também, a noção de que para um grupo conduzir uma política externa própria ele deve estar organizado de certa forma, equiparando-se aos Estados à sua volta para poder falar de igual para igual. Ora, durante quase todo o período colonial na região do Prata, quem compunha as maiores forças e os regimentos mais capazes eram justamente os indígenas. Quem tinha a capacidade de fazer valer sua vontade por meio das armas não eram os colonizadores.

O período que estamos analisando, porém, talvez marque o poente dessa era. O número de indígenas que compunham o “bloco” contra os portugueses diminuiu muito, como pôde-se observar na ofensiva conduzida por Cevallos. Eles tornam a surgir em peso apenas enquanto garantidores da estabilização da fronteira, evitando mais avanços lusos, mas, mesmo assim, em quantidade menor que a percebida nos conflitos anteriores.

Em princípio, poderíamos propor a seguinte clivagem: no caso do lado luso-brasileiro do conflito, no que diz respeito ao emprego de ordenanças, a utilização do termo “auxiliares” faz sentido, pois está designando um destacamento civil dentro dos domínios da Coroa

---

<sup>87</sup> “No dia 4, nossas três corvetas saíram do Lagamar, subiram o rio e lançaram âncora perto da Belona, apesar do fogo intenso dos espanhóis. O Vice-Rei mandou para cá as 8 companhias dos Regimentos de Moura e de Bragança que haviam ficado no Rio de Janeiro. Eu não queria nesta Fronteira tão grande número de pessoas, composto não apenas da nova leva, mas também de criminosos tirados das prisões de Lisboa”. BENTO, 1996, p. 49.

<sup>88</sup> GARCIA, 2007, p. 85

Portuguesa que foi criado especificamente para cumprir a função de ajudar as forças regulares. O que não quer dizer que não havia espaço para negociação com as lideranças ou que os interesses dos que participavam desses destacamentos eram opostos, com relação aos de Portugal, mas sim que estavam organizados para agir em conjunto com o exército colonial.

O problema, porém, é que esta seria uma conclusão que não leva em consideração como os próprios portugueses organizavam seu exército na época. O termo “auxiliares”, quando utilizado por eles, era empregado de forma substancialmente diferente do que entendemos hoje em dia:

As tropas regulares ou pagas constituíam o exército de campanha, e era com ele que se empreendiam as operações da grande guerra. Os Auxiliares tinham por dever acudir as fronteiras para as quais estavam designados e, enquanto nelas persistiam mobilizados, receberiam como os soldados pagos. As Ordenanças não somente serviriam na pequena guerra, local e circunscrita, senão também, quando fosse grande a necessidade, deveriam guarnecer as praças que lhes ficavam mais vizinhas.<sup>89</sup>

Isso significa que, no contexto dos domínios portugueses e no que diz respeito à documentação original da época, a classificação de um determinado grupo enquanto “auxiliar” não possuía natureza pejorativa. Não haveria nada de errado, portanto, em descrevê-los dessa forma. Porém, defendo que é importante que seja feita essa contextualização por parte daqueles que se propuserem a trabalhar com este período, uma vez que ela é importante para estabelecer o caráter meramente organizacional do termo, despiando-o do seu significado contemporâneo.

Se deve evitar, também, o erro de generalizar essa definição e colocar toda a menção de força indígena no período colonial na mesma categoria, especialmente no que diz respeito ao “outro lado” da fronteira. Os missionários que participaram das ofensivas contra a comandância do Rio Grande de São Pedro e a Colônia de Sacramento no começo do Século XVIII, por exemplo, parecem ter cumprido um papel mais similar ao de forças regulares auxiliadas pelos hispano-americanos, uma vez que eles mesmos pressionavam as autoridades da Coroa Espanhola para retaliar o avanço português e compunham a maior parcela dos exércitos conjuntos.

O mesmo pode ser afirmado sobre as operações independentes ocasionalmente conduzidas pelos minuanos contra os missionários. As ordenanças, portanto, representaram uma mudança de paradigma no que diz respeito à composição dos exércitos no contexto sulino, e não uma constância.

---

<sup>89</sup> MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 45, p.32, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/7944>> Acesso em: 29 jun. 2021.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feita essa longa trajetória de quase um século, espero ter deixado evidente o impacto da iniciativa que os povos originários da região platina tiveram no desenrolar dos conflitos. As suas reivindicações territoriais, bem como presença nos cercos, nas batalhas, nos acordos de demarcação e no tráfico de gado atestam para a força que tinham perante as colônias europeias.

Obviamente, não pretendo com isso afirmar que eram os únicos responsáveis pelos rumos da região, e essa influência também não era estática. Enquanto no começo do século XVIII os destacamentos indígenas eram quase onipresentes em todos os relatórios de batalha e frequentemente conduziam ofensivas independentes, esse panorama foi mudando graças a uma série de processos de curta e longa duração.

Entre os de longa duração, podemos citar o estabelecimento e a maturação da sociedade colonial, especialmente considerando o crescimento demográfico pelo qual passou e como as rotas comerciais eventualmente ligaram praticamente toda a América<sup>90</sup>. Um processo "filho" deste seria a expansão territorial constante das Coroas Ibéricas no "Novo Mundo", em parte advinda justamente desse aumento populacional.

Quanto aos processos de curta duração, eu listaria as convulsões violentas que afligiram essa mesma sociedade missioneira com a ratificação do Tratado de Madri, em 1750, e eventualmente se refletiram nas Guerras Guaraníticas e veriam na expulsão dos Jesuítas o fim da articulação entre espanhóis e guaranis. Portugal conseguiu capitalizar muito melhor esse evento do que os espanhóis, tentando atrair para si a população recém-conquistada das reduções que ocupou e reorganizou suas relações com os indígenas. Os hispano-americanos, por sua vez, perceberam-se com um número reduzido de aliados, o que afetou drasticamente a capacidade deles de manter a região a longo prazo.

Isso nos permite observar, também, os impactos do crescimento demográfico da região de Buenos Aires e demais dependências do Vice-reino do Rio da Prata, uma vez que o aumento populacional permitiu números inéditos de tropas regulares aos invasores. Tais movimentos serão contrabalanceados, do lado luso-brasileiro, pelo desenvolvimento da região de São Paulo

---

<sup>90</sup> “Por ejemplo, muchas veces el botín obtenido em Córdoba era vendido en Santa Fe o em Asunción. Estos circuitos podían adquirir tal amplitud que ponían en comunicación mercados de diferentes imperios coloniales: así, la plata potosina podía llegar al pujante mercado de Minas Gerais a través de una ramificada red de intercambios em la cual tenían activa intervención los grupos indígenas chaqueños”. FRADKIN, Raul.; GARAVAGLIA, Jan C. **La argentina colonial. El Rio de La Plata entre los siglos XVI y XIX**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009, p. 117.

e do Rio de Janeiro, que, junto com as tropas vindas diretamente de Portugal, vão fornecer os contingentes de soldados necessários para equilibrar a disputa.

A partir desse momento, a disputa por essa região fronteira passa a se tornar uma batalha colina acima para Madri. Isolados de seus aliados locais e sem a capacidade de responder ao contra-ataque português sem gerar mais despesas à Coroa e remover recursos importantes que estavam sendo utilizados em outras empreitadas, como os conflitos com a Inglaterra, os espanhóis passam a ter cada vez menos capacidade para responder aos avanços lusitanos.

Portanto, podemos concluir que os povos originários tiveram o papel de fiéis da balança no conflito ibérico pela Capitania de São Pedro. Claro, nenhuma contenda na história humana pode ser resumido a apenas um fator — e o propósito deste trabalho não é o de simplificar um evento complexo. O que afirmo aqui é que, a partir do momento que os espanhóis perderam sua aliança com os missionários, eles abriram mãos do potencial de mobilização local que os permitia manter uma ocupação a longo prazo.

As reduções guaranis foram centrais na disputa pela Capitania do Rio Grande de São Pedro, devido a sua importância econômica, demográfica e enquanto centros de coordenação e projeção de força. Conseguir o apoio dessa população se provou vital para a manutenção do domínio sobre a região para ambas as Coroas. Auxiliares ou não, estes indivíduos e as escolhas que eles fizeram impactaram os rumos das Guerras do Sul, e talvez tenham definido seus vencedores.

## REFERÊNCIAS

- BARCELOS, Arthur Henrique Franco. **Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000, p. 103. <<http://repositorio.furg.br/handle/1/3398>>. Acesso em: 06 maio 2021
- BECKER, Ítala Irene Basile. Lideranças Indígenas. No Começo das Reduções Jesuíticas da Província do Paraguay. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 47, p. 177, 1992. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinus.br/publicacoes/antropologia/antigas/antropologia47b.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2021
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). *apud*. LEITE, Lorena. A Capitania de São Paulo e a Defesa do Sul: de fronteira a território. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p. 91. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308163869\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH2011\\_final.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308163869_ARQUIVO_ArtigoANPUH2011_final.pdf)>. Acesso em: 08 maio 2021
- BENTO, Claudio Moreira. **A Guerra de restauração do Rio Grande do Sul, 1774-1776**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996, p. 6. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/A%20guerra%20da%20restaura%C3%A7%C3%A3o%20do%20Rio%20Grande.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2021
- BUSCHIAZZO, Marcelo Diaz. Analisis militar del sitio español a la plaza fuerte de Colonia del Sacramento (oct 1762). Ataque combinado de la escuadra anglo-portuguesa y hundimiento del Lord Clive (ene 1763). *In*: SEMINÁRIO REGIONAL DE CIDADES FORTIFICADAS E PRIMEIRO ENCONTRO TÉCNICO DE GESTORES E FORTIFICAÇÕES, 4., 2008, Montevideu. **Atas** [...]. Montevideu: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 4. Disponível em: <<http://cidadesfortificadas.ufsc.br/actas-virtuais/4%c2%ba-seminario-%e2%80%932008/>>. Acesso em: 30 mar. 2019
- \_\_\_\_\_. Colonia del Sacramento. La Lucha por los Límites del Imperio. *In*: SEMINÁRIO REGIONAL DE CIDADES FORTIFICADAS E PRIMEIRO ENCONTRO TÉCNICO DE GESTORES E FORTIFICAÇÕES, 6., 2010, Florianópolis. **Atas** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, p. 3. Disponível em: <[https://cidadesfortificadas.paginas.ufsc.br/files/2011/03/2010\\_6sem\\_palestra\\_sacramento\\_Marcelo.pdf](https://cidadesfortificadas.paginas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_sacramento_Marcelo.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- BOXER, Charles. **A Idade do Ouro no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 310.
- CAREAGA, Néstor U. Colonia del sacramento; instrumento de la proyección económica portuguesa hacia el centro del reino de indias. *In*: SEMINÁRIO REGIONAL DE CIDADES FORTIFICADAS E PRIMEIRO ENCONTRO TÉCNICO DE GESTORES E FORTIFICAÇÕES, 2., 2006, Montevideu. **Atas** [...]. Montevideu: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 2. Disponível em: <[https://cidadesfortificadas.paginas.ufsc.br/files/2011/03/2006\\_2sem\\_palestra\\_Nestor-Careaga.pdf](https://cidadesfortificadas.paginas.ufsc.br/files/2011/03/2006_2sem_palestra_Nestor-Careaga.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2019.

COUTO, Jorge. **A Construção do Brasil - Ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a finais de Quinhentos**. Lisboa: Cosmos, 1998, p. 21.

DC (Washington). United States Holocaust Memorial Museum. **Invasion of the Soviet Union**. [S. l.], 9 maio [202?]. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/invasion-of-the-soviet-union-june-1941>>. Acesso em: 8 maio 2021.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras**. São Paulo: Ibrasa, 1987, p. 352.

DOS SANTOS, Eugénio. Administração Portuguesa no Sul do Brasil durante o Período Pombalino: Denúncias ao abuso do poder. A questão indígena. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 13, série II, p. 389, 1996. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5628/5293>>. Acesso em: 6 maio 2021

FRADKIN, Raul.; GARAVAGLIA, Jan C. **La argentina colonial. El Rio de La Plata entre los siglos XVI y XIX**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009, p. 117.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa**. 2007, p. 56., 320f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. Disponível em: <[https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007\\_GARCIA\\_Elisa\\_Fruhauf-S.pdf](https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_GARCIA_Elisa_Fruhauf-S.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2021

\_\_\_\_\_. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e os lusitanos no sul da América Portuguesa (c.1750-1800). **Revista Varia História**, v. 10, n. 40, p. 630, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/vh/v24n40/17.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2021

JUMAR, Fernando. La región Rio de la Plata y su complejo portuario durante el Antiguo Regimen. In: FRADKIN, Raúl (org). **Historia de la Provincia de Buenos Aires, Tomo II. De la conquista a la crisis de 1820**. Buenos Aires: EDHASA, 2012, p. 127. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/unipe/20200408114706/HPBA2.pdf>>. Acesso em: Acesso em: 08 maio 2021

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla B.; DE LUCA, Tania Regina. (orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p.13. Disponível em: <<http://proae.urca.br/portal/docs/pdf/editais-2016/bolsas/Texto%20para%20Prova%20%20A%20memoria%20evanescente.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2021

KÜHN, Fábio. **A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII**. Porto Alegre: Revista de Estudos Ibero-Americanos, 1999, v. 25, n. 2, p. 92.

LUVAAS, Jay. História Militar: O Ponto de Vista de um Historiador Clássico. In: WEIGLEY, Russell F. (org). **Novas Dimensões da História Militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981, v. 1., p. 53.

LUZURIAGA, Juan Carlos. El sistema de Fortificaciones en la Banda Oriental: Montevideo, Santa Teresa, San Miguel y Santa Tecla: 1762-1777. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE

CIDADES FORTIFICADAS E PRIMEIRO ENCONTRO TÉCNICO DE GESTORES E FORTIFICAÇÕES, 6., 2010, Florianópolis. **Atas** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, p. 3. Disponível em: <[http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010\\_6sem\\_palestra\\_fortes\\_luzuriaga.pdf](http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_fortes_luzuriaga.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MELO, Karina Moreira da Silva e. A execução do tratado de Santo Ildefonso e as atuações indígenas na fronteira platina. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s. l.], v. 10, n. 19, p. 173, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10798/pdf>>. Acesso em: 8 maio 2021

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/7944>> Acesso em: 29 jun. 2021.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. 2001, p. 4., 233f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281350>>. Acesso em: 08 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Negros da Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 72-75.

MOREIRA, Luiz Guilherme. **Os múltiplos olhares sobre a história militar**. São Leopoldo: História Unisinos, 2012, v.12, n. 13, p. 280.

NEUMANN, Eduardo. Fronteira e identidade: confrontos luso-guaranina Banda Oriental 1680-1757. **Revista Complutense de Historia de América**, Madrid, v. 26, p. 76, 2000. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/view/RCHA0000110073A/28733>>. Acesso em: 08 maio 2021

OUDIJK, Michel; RESTALL, Matthew. La conquista indígena de mesoamérica. *In*: **Conquistas de Buenas Palabras y de Guerra: Uma Visión Indígena de la Conquista**. Ciudad Universitaria: Universidad Autónoma de México, 2013, p. 12.

PEDROSA, Fernando Velôso Gomes. A História Militar Tradicional e a “Nova História Militar. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 8. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856594\\_1202be90ad68dd05511bcdd34b7be19d.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856594_1202be90ad68dd05511bcdd34b7be19d.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2021

TORRES, Luiz Henrique. **O poente o nascente do projeto luso-brasileiro (1763-1777)**. Rio Grande: Biblos, 2008, p. 10. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/958>>. Acesso em: Acesso em: 06 maio 2021

VIÑUALES, Graciela María. Misiones jesuíticas de guaraníes (Argentina, Paraguay, Brasil). **APUNTES Revista de Ciencias Sociales**, Bogotá, v. 20, p. 177, 2007. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/262444714\\_Jesuit\\_Missions\\_of\\_Guaranies\\_Argentina\\_Paraguay\\_Brazil#pf4](https://www.researchgate.net/publication/262444714_Jesuit_Missions_of_Guaranies_Argentina_Paraguay_Brazil#pf4)> Acesso em: 29/06/2021

WILDE, Guillermo. **Religión y poder en las misiones de guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009, p. 92.